(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 -INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. A Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia") se dedicam, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia. A Companhia iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, sendo um dos principais *players* no processo de consolidação do setor siderúrgico global. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos, principalmente por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14/02/2012.

NOTA 2 -RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas, simultaneamente, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Consolidado".

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão identificadas como "Controladora".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e florestamento/reflorestamento do ativo imobilizado, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2011.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Controladora e de cada Controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Metalúrgica Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio das datas das transações. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão.

Quando há baixa de uma operação no exterior (baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no Patrimônio Líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas, com exceção da localizada na Venezuela, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 212,5% desde a data de

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 70,2% em 2011. Os efeitos da atualização pela taxa de inflação em 2011 foram apresentados na Demonstração dos resultados.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21 (CPC 02), onde os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira". As Demonstrações Financeiras da controladora reconhecem estes efeitos através do método de Equivalência Patrimonial.

2.3 – Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 5.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4 - Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 - Imobilizado

Conforme determinado pela Deliberação CVM n° 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, como custo atribuído (*Deemed Cost*) em virtude de não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. Ativos de florestamento/reflorestamento são mensurados pelo valor justo na data das Demonstrações Financeiras, quando este puder ser mensurado de forma confiável, ou ao custo de acordo com a IAS 41 (CPC 29).

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil.

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 – Outros ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por certificados de redução de emissão de carbono e fundos de comércio, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em um método acelerado que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.7 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 27.2

2.8 - Investimentos

a) Investimentos em empresas controladas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para as IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável. As transações e saldos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminadas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com as IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no Patrimônio Líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

c) Investimento em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em controladas e empresas associadas nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre esses investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas e controladas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma empresa.

2.9 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado.

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registrados na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como hedge são reconhecidos na linha de despesa financeira ou receita financeira, conforme o caso, na Demonstração do resultado.

Diferenças cambiais decorrentes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, na medida em que a cobertura seja eficaz. Na medida em que o *hedge* é ineficaz, essas diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os pagamentos potenciais em caixa relacionados a opções de venda emitidas pela Companhia sobre ações de suas subsidiárias são registradas na linha "Obrigações por compra de ações". O montante que pode se tornar liquidável no exercício da opção é inicialmente reconhecido ao valor justo e subsequentemente ajustado de maneira a atualizar o passivo até a data que se torne exercível. Os efeitos da atualização das opções de vendas são registrados na linha de despesa financeira na Demonstração do resultado. No evento da opção expirar sem ser exercida, o passivo é baixado com o correspondente ajuste no Patrimônio Líquido.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 – Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 19 e 24.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 19. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 – Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Custos ambientais que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registradas como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente a uma taxa de 7% ao ano se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.17 – Contratos de arrendamento (leasing)

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como *leasing* operacional. Pagamentos feitos em um contrato de *leasing* operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do *leasing*.

2.18 – Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 9), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 17), determinações de provisões para imposto de renda (nota 8), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 15), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 19), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 24). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.19 - Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras Consolidadas e da Controladora

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

Os impactos de aumentos e de redução de participação em scontroladas que não envolvem perda de controle são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subseqüente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente pela IAS 28 (CPC 18), IAS 31 (CPC 19) ou IAS 39 (CPC 38).

2.20 – Provisão para reestruturações

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.21 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras Consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 – Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 (CPC 32) - liability method) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
- ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão ajustada a valor presente para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações (nota 20).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Valorização de Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas.

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia contratou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações" (nota 15.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com a IFRS 3 (CPC 15), aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para as IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos nos processos de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis e de avaliação de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

h) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2011, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor em uso dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior à prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2011.

2.23 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Algumas novas normas contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicadas e/ou revisadas e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2011. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Normas e interpretações de normas vigentes

IAS 32 – Classificação de direitos de emissão: Alteração da IAS 32 (IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32)

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 1 e IFRS 7 – Isenções limitadas de divulgações comparativas da IFRS 7 para entidades que adotam IFRS pela primeira vez (Limited Exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters)

Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações na IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As alterações desta interpretação não impactaram suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 19 – Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio (Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A adoção desta Interpretação não impactou as suas Demonstrações Financeiras .

IFRIC 14 – Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos – Alterações no IFRIC 14 (Prepayments of a Minimum Funding Requirement – Amendments to IFRIC 14)

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A alteração desta interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A alteração da norma IFRS 3 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. As alterações destas normas não impactaram as Demonstrações Financeiras da Companhia.

O CPC já editou algumas dessas normas e o impacto nas Demonstrações Financeiras Individuais é o mesmo que nas consolidadas.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IFRS 9 – Instrumentos financeiros (Financial Instruments)

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação à IAS 39.

IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (Disclosures - Transfers of Financial Assets)

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das demonstrações financeiras avaliar o risco de exposição relativo a transferência de ativos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 1 – Hiperinflação severa e remoção de datas fixas para empresas que adotarem as IFRS pela primeira vez (Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração da norma IFRS 1 aborda orientações para adotantes das IFRS pela primeira vez que estejam localizados em países de economia hiperinflacionária e também remove datas fixas com o objetivo de evitar o processamento de operações ocorridas antes da data de transição para as IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia avalia que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras em virtude da mesma já ter adotado as IFRS 1.

IAS 12 – Imposto de renda diferido: Recuperação de ativos relacionados (Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets)

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração da norma IAS 12 aborda aspectos relacionados à determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo da IAS 40. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2012. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (Consolidated Financial Statements)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 10. Esta norma estabelece os princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais empresas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 11 – Acordos de compartilhamento (Joint Arrangements)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 11. Esta norma aborda aspectos relacionados a definição do tratamento contábil de entidades com controle compartilhado e operações compartilhada. Esta norma também limita o uso da consolidação proporcional apenas para empresas com operações compartilhadas (joint operations), passando a aceitar apenas o método de equivalência patrimonial para empresas com controle compartilhado (joint ventures). Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades (Disclosure of Interests in Other Entities)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 12. Esta norma aborda aspectos relacionados a divulgação da natureza e riscos associados a participações detidas em controladas, controladas em conjunto e associadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo (Fair Value Measurement)

Em maio de 2011, o IASB emitiu a norma IFRS 13. Esta norma define valor justo, contempla em uma única norma os aspectos de mensuração do valor justo e estabelece os requerimentos de divulgação relacionados ao valor justo. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (Separate Financial Statements)

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 27. A alteração da norma IAS 27 aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações financeiras separadas. Esta revisão de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

01/01/2013. A Companhia avalia que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em virtude da mesma não apresentar demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 – Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado (Investments in Associates and Joint Ventures)

Em maio de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 28. A alteração da norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado. Esta alteração de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta norma em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 19 – Benefícios a empregados (Employee Benefits)

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 19. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As modificações exigem o reconhecimento das alterações nas obrigações de benefícios definidos e no valor justo dos ativos do plano conforme ocorram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. Adicionalmente, as modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IAS 1 – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes (Presentation of Items of Other Comprehensive Income)

Em junho de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 1. A alteração da norma IAS 1 aborda aspectos relacionados à divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRIC 20 – Custos de remoção de materiais não aproveitáveis na fase de produção de uma mina de superfície (Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine)

Em outubro de 2011, o IASB emitiu a interpretação IFRIC 20. Esta interpretação aborda aspectos relacionados ao tratamento contábil da retirada de materiais não aproveitáveis de uma mina de superfície para acesso aos recursos minerais. Esta interpretação de norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta interpretação em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 9 e IFRS 7 – Data mandatória efetiva e divulgações de transição (Mandatory Effective Date and Transition Disclosures – Amendments to IFRS 9 and IFRS 7)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 9 e IFRS 7. A alteração da norma IFRS 9 aborda a prorrogação da data de adoção de 01/01/13 para 01/01/15. A alteração da norma IFRS 7 aborda aspectos relacionados a divulgação de informações sobre a transição da IAS 39 para a IFRS 9 e aspectos relacionados a reapresentação de períodos comparativos na data de adoção da norma. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

IFRS 7 – Divulgações: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Disclosures – Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IFRS 7)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. A alteração desta norma aborda aspectos de divulgação relacionadas a compensação de ativos e passivos financeiros incluindo direitos e avaliação dos efeitos desta. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities – Amendments to IAS 32)

Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a compensação de ativos e passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2014. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionadas às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória e que seus impactos nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia sejam os mesmos da adoção dos pronunciamentos do IASB descritos acima.

NOTA 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 – Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

| | | | | rcentual de par | rticipação |
|--|--------------------------|--------|---------------|-----------------|-------------|
| Empres a consolidada | País | Capi | tal total (*) | Capi | tal votante |
| | _ | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Gerdau S.A. | Brasil | 40,61 | 42,50 | 76,61 | 74,81 |
| Gerdau BG Participações S.A. | Brasil | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99.99 |
| Gerdau GTL Spain S.L. | Espanha | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau | Brasil | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Steel North America Inc. | Canadá | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1) | EUA/Canadá | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Açominas S.A. | Brasil | 94,77 | 93,98 | 94,78 | 93,99 |
| Gerdau Aços Longos S.A. e subsidiária (2) | Brasil | 94,75 | 93,96 | 94,76 | 93,97 |
| Gerdau Steel Inc. | Canadá | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Holdings Inc. e subsidiária (3) | EUA | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4) | Brasil | 94,06 | 75,88 | 94,06 | 75,88 |
| Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias (5) | Espanha | 60,00 | 60,00 | 60,00 | 60,00 |
| Gerdau América Latina Participações S.A. | Brasil | 94,22 | 94,22 | 94,22 | 94,22 |
| Axol S.A. | Uruguai | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (6) | Chile | 99,99 | 99,99 | 99,99 | 99,99 |
| Gerdau Aços Especiais S.A. | Brasil | 96,47 | 94,35 | 96,48 | 94,36 |
| Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (7) | Hungria | 98,98 | 98,84 | 98,98 | 98,84 |
| Gerdau Comercial de Aços S.A. | Brasil | 96,17 | 95,58 | 96,17 | 95,59 |
| Aramac S.A. | Uruguai | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| GTL Equity Investments Corp. | Ilhas Virgens Britânicas | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú | Peru | 86,66 | 86,66 | 86,66 | 86,66 |
| Diaco S.A. e subsidiária (8) | Colômbia | 99,57 | 99,36 | 99,57 | 99,36 |
| Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (9) | México | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Seiva S.A Florestas e Indústrias | Brasil | 97,73 | 97,06 | 100,00 | 99,73 |
| Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda. | Brasil | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Laisa S.A. | Uruguai | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Sipar Gerdau Inversiones S.A. | Argentina | 99,99 | 92,75 | 99,99 | 92,75 |
| Sipar Aceros S.A. e subsidiária (10) | Argentina | 99,96 | 99,96 | 99,96 | 99,96 |
| Siderúrgica del Pacífico S.A. | Colômbia | 98,32 | 98,32 | 98,32 | 98,32 |
| Cleary Holdings Corp. | Colômbia | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A. | Venezuela | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| GTL Trade Finance Inc. | Ilhas Virgens Britânicas | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Trade Inc. | Ilhas Virgens Britânicas | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Gerdau Trade II Inc. | Ilhas Cayman | 100,00 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- (1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc, Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
- (2) Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd..
- (3) Subsidiária: Gerdau MacSteel Inc..
- (4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
- (5)Subsidiárias: Sidenor Industrial S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L., Corporación Sidenor S.A. y Cia, Sidenor Calibrados S.L..
- (6) Subsidiárias: Aza Participaciones S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda e Trefilados Bonati S.A., Cerney Holdings Ltd., Indac Colômbia S.A..
- (7) Subsidiária: LuxFin Participation S.L. e Bogey Holding Company Spain S.L..
- (8) Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation e Laminados Andinos S.A..
- (9) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A.de C.V., Sidertul S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (10) Subsidiária: Siderco S.A..

Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 15.f, a Companhia reconhece o percentual de 100% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 60% descrito no quadro acima.

3.2 – Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado.

| | _ | | Percer | itual de part | icipação |
|--------------------------------------|--------|--------|-------------------------|---------------|-----------|
| Entidades com controle compartilhado | País | Capita | al total ^(*) | Capita | l votante |
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Gallatin Steel Company | EUA | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Bradley Steel Processors | Canadá | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| MRM Guide Rail | Canadá | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. | México | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Kalyani Gerdau Steel Ltd. | Índia | 80,57 | 73,22 | 80,57 | 73,22 |

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Kalyani Gerdau Steel Ltd., apesar de ter mais de 50% do capital total desta empresa, devido ao contrato de controle compartilhado que estabelece direitos de gestão conjunta do negócio com o outro sócio.

As informações financeiras das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. e Kalyani Gerdau Steel Ltd. avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma combinada:

| | Empresas com controle | |
|--|-----------------------|---------------|
| | | compartilhado |
| | 2011 | 2010 |
| Ativo | | _ |
| Circulante | 684.738 | 468.419 |
| Não-circulante | 746.625 | 566.490 |
| Total do ativo | 1.431.363 | 1.034.909 |
| Passivo | | |
| Circulante | 376.813 | 155.930 |
| Não-circulante | 428.407 | 295.497 |
| Patrimônio Líquido combinado | 626.143 | 583.482 |
| Total do passivo e Patrimônio Líquido | 1.431.363 | 1.034.909 |
| Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas com | | |
| controle compartilhado | 311.285 | 300.547 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | 2011 | 2010 |
|---|-------------|-------------|
| Demonstração do resultado | | |
| Receita líquida de vendas | 2.183.025 | 1.813.014 |
| Custo das vendas | (1.987.130) | (1.662.143) |
| Lucro bruto | 195.895 | 150.871 |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (32.633) | (29.722) |
| Outras despesas/receitas operacionais | (34.837) | (80.641) |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos | 128.425 | 40.508 |
| Resultado financeiro | (54.813) | (25.180) |
| Lucro antes dos impostos | 73.612 | 15.328 |
| Imposto de renda e contribuição social | 7.690 | 497 |
| Lucro líquido | 81.302 | 15.825 |
| Participação da Companhia no lucro (prejuizo) líquido das empresas com controle compartilhado | 33.259 | (13.921) |
| confedition compartinado | 33.239 | (13.321) |

3.3 – Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

| | _ | | Percen | tual de parti | cipação |
|---|-----------------|--------|-------------------------|---------------|-----------|
| Empresas associadas | País | Capita | al total ^(*) | Capita | l votante |
| | _ | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Dona Francisca Energética S.A. | Brasil | 51,82 | 51,82 | 51,82 | 51,82 |
| Armacero Industrial y Comercial S.A. | Chile | 50,00 | 50,00 | 50,00 | 50,00 |
| Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1) | Rep. Dominicana | 49,00 | 49,00 | 49,00 | 49,00 |
| Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias (2) | México | 49,00 | 49,00 | 49,00 | 49,00 |
| Corporación Centroamericana del Acero S.A. e subsidiárias (3) | Guatemala | 30,00 | 30,00 | 30,00 | 30,00 |
| Maco Holdings Ltda. | Brasil | 46,58 | 47,86 | 46,58 | 47,86 |

^(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

As informações financeiras das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A., Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias, Corporación Centroamericana Del Acero S.A. e subsidiárias e Maco Holdings Ltda., avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

⁽¹⁾ Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa

Rica).

(2) Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.

⁽³⁾ Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Empresa | as associadas |
|--|-------------|---------------|
| | 2011 | 2010 |
| Ativo | | |
| Circulante | 1.223.272 | 885.246 |
| Não-circulante | 1.181.646 | 1.175.116 |
| Total do ativo | 2.404.918 | 2.060.362 |
| • | | |
| Passivo | | |
| Circulante | 586.125 | 427.446 |
| Não-circulante | 520.311 | 341.746 |
| Patrimônio Líquido ajustado | 1.298.482 | 1.291.170 |
| Total do passivo e Patrimônio Líquido | 2.404.918 | 2.060.362 |
| | | |
| Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas | | |
| associadas | 632.573 | 603.892 |
| | | |
| | 2011 | 2010 |
| Demonstração do resultado | | |
| Receita líquida de vendas | 1.711.592 | 1.409.468 |
| Custo das vendas | (1.498.336) | (1.213.825) |
| Lucro bruto | 213.256 | 195.643 |
| Despesas com vendas, gerais e administrativas | (92.946) | (81.199) |
| Outras despesas/receitas operacionais | 29.134 | 4.578 |
| Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos | 149.444 | 119.022 |
| Resultado financeiro | (14.392) | (14.157) |
| Lucro antes dos impostos | 135.052 | 104.865 |
| Imposto de renda e contribuição social | (36.749) | (32.498) |
| Lucro líquido | 98.303 | 72.367 |
| Participação da Companhia no lucro líquido das empresas | | |
| associadas | 29.403 | 53.375 |

3.4 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira", no Patrimônio Líquido, após a data de transição para as IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.5 - Aquisições de participações adicionais em empresas controladas

a) Sipar Gerdau Inversiones S.A.

Em 01/04/2011, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 7,25% no capital da controlada Sipar Gerdau Inversiones S.A.. O valor a ser pago pela operação, com vencimento até fevereiro/2015, é de US\$ 7.590 mil (R\$ 11.941 na data de aquisição da participação) e como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27 (CPC 36), a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de "Efeitos de alterações de participação em controladas", o montante de R\$ 8.085, o qual é referente a diferença entre o valor da transação e o valor da participação dos acionistas não-controladores nos ativos líquidos adquiridos.

3.6 - Alocação do valor justo em entidades controladas adquiridas em 2010

a) Tamco

A Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Tamco resultando no reconhecimento de um complemento de ágio no valor de R\$ 20.032 com contrapartida, substancialmente na linha de Imobilizado.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Tamco, na data da aquisição:

| _ | Valor dos livros | Ajustes da aquisição | Valor justo na aquisição |
|---------------------------------------|------------------|----------------------|--------------------------|
| Ativos (passivos) líquidos adquiridos | | | |
| Ativos circulantes | 75.649 | (7.045) | 68.604 |
| Imobilizado | 69.216 | 77.506 | 146.722 |
| Ativos Intangíveis | 11.365 | 12.579 | 23.944 |
| Ágio | - | 110.395 | 110.395 |
| Outros ativos não-circulantes | 558 | 29 | 587 |
| Passivos circulantes | (17.589) | (519) | (18.108) |
| Passivos não-circulantes | (18.142) | (30.892) | (49.034) |
| _ | 121.057 | 162.053 | 283.110 |
| _ | | | |
| Preço total de compra | | | 283.110 |

A Companhia registrou ágio nesta operação devido a aquisição para expansão da presença geográfica da Companhia no oeste dos Estados Unidos, e por acreditar que terá sucesso na integração das operações do negócio e terá sinergias associadas com a aquisição.

3.7 - Preço total de compra considerado referente às aquisições no exercício

| Empresas / participações adquiridas | 2011 | 2010 |
|---|----------|-----------|
| Aquisição de controle | | _ |
| Tamco | | 283.110 |
| | - | 283.110 |
| Aquisição de participação adicional em empresas controladas | | _ |
| Cleary Holdings Corp. | - | 100.100 |
| Gerdau Ameristeel | <u> </u> | 2.808.869 |
| | - | 2.908.969 |
| Aquisição de participação adicional com emissão de ações | | _ |
| Aços Villares S.A. | | 587.645 |
| | - | 587.645 |
| | | |
| Total considerado como pago | | 3.779.724 |
| | · | |

A Companhia não teve outros custos de aquisição materiais em adição ao valor pago.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

| | | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|--------------|-----------|-------------|--|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Caixa | - | | 7.766 | 4.105 | |
| Bancos e aplicações de liquidez imediata | 345 | 334 | 1.469.254 | 1.058.142 | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 345 | 334 | 1.477.020 | 1.062.247 | |

Aplicações Financeiras

Títulos para negociação

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2011 a Controladora mantinha R\$ 2.878 (R\$ 13.158 em 31/12/2010) e o Consolidado R\$ 3.095.359 (R\$ 1.110.804 em 31/12/2010) em títulos para negociação.

Títulos disponíveis para venda

Em 31/12/2011 o Consolidado mantinha R\$ 6.290 (R\$ 9.559 em 31/12/2010) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R\$ 0 (R\$26.797 em 31/12/2010) no ativo não-circulante.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| | | Consolidado |
|---|-----------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| Contas a receber de clientes - no Brasil | 1.170.564 | 1.046.962 |
| Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil | 252.377 | 312.870 |
| Contas a receber de clientes - controladas no exterior | 2.242.043 | 1.860.458 |
| (-) Provisão para risco de crédito | (62.236) | (67.265) |
| | 3.602.748 | 3.153.025 |

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | Cons olidado |
|------------------------------------|-----------|--------------|
| | 2011 | 2010 |
| Valores a vencer | 3.087.915 | 2.658.628 |
| Vencidos: | | |
| Até 30 dias | 427.840 | 354.980 |
| Entre 31 a 60 dias | 55.945 | 52.432 |
| Entre 61 a 90 dias | 19.151 | 15.379 |
| Entre 91 a 180 dias | 26.487 | 28.277 |
| Entre 181 a 360 dias | 15.247 | 39.850 |
| Acima de 360 dias | 32.399 | 70.744 |
| (-) Provisão para risco de crédito | (62.236) | (67.265) |
| | 3.602.748 | 3.153.025 |

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

| | Consolidado |
|--|-------------|
| Saldo em 01/01/2010 | (80.502) |
| Créditos provisionados no exercício | (20.905) |
| Incorporação da Aços Villares S.A. | - |
| Créditos recuperados no exercício | 4.887 |
| Créditos baixados definitivamente da posição | 26.752 |
| Variação cambial | 2.503 |
| Saldo em 31/12/2010 | (67.265) |
| Créditos provisionados no exercício | (46.654) |
| Créditos recuperados no exercício | 2.976 |
| Créditos baixados definitivamente da posição | 48.007 |
| Variação cambial | 700 |
| Saldo em 31/12/2011 | (62.236) |

NOTA 6 – ESTOQUES

| | | Consolidado |
|--|-----------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| Produtos prontos | 3.108.332 | 2.455.459 |
| Produtos em elaboração | 1.573.066 | 1.418.347 |
| Matérias-primas | 1.986.669 | 1.639.393 |
| Materiais de almoxarifado | 976.030 | 1.037.672 |
| Adiantamento a fornecedores | 138.952 | 104.262 |
| Importações em andamento | 375.089 | 295.040 |
| (-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável | (98.711) | (152.388) |
| | 8.059.427 | 6.797.785 |

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercado relacionados aos impactos em certas matérias primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Consolidado |
|----------------------------|-------------|
| Saldo em 01/01/2010 | (150.321) |
| Constituição de provisão | (50.526) |
| Reversão de provisão | 50.634 |
| Ganhos/perdas na conversão | 3.781 |
| Aquisição de empresa | (5.956) |
| Saldo em 31/12/2010 | (152.388) |
| Constituição de provisão | (56.999) |
| Reversão de provisão | 122.877 |
| Ganhos/perdas na conversão | (12.201) |
| Saldo em 31/12/2011 | (98.711) |

Os estoques estão segurados para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos.

Durante o período de doze meses findo em 31/12/2011 foram reconhecidos os montantes de R\$ 30.298.231 e R\$ 1.843.952 (R\$ 25.873.476 e R\$ 1.560.455 em 31/12/2010), respectivamente como custo das vendas e de fretes no Consolidado.

Em 31/12/2011, o custo das vendas inclui os valores de R\$ 122.877 (R\$ 50.634 em 31/12/2010) referentes à reversão de provisão para ajuste ao valor de mercado dos estoques e R\$ 56.999 (R\$ 50.526 em 31/12/2010) referente à constituição de provisão para ajuste a valor de mercado.

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------|-------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Circulante | | | | |
| ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | - | - | 121.615 | 153.808 |
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | - | - | 97.783 | 59.953 |
| PIS - Programa de Integração Social | - | - | 16.732 | 10.811 |
| IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados | - | - | 69.436 | 53.202 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 7.512 | 14.608 | 337.585 | 185.289 |
| IVA - Imposto sobre Valor Agregado | - | - | 142.038 | 113.811 |
| Outros | <u> </u> | | 44.428 | 25.635 |
| _ | 7.512 | 14.608 | 829.617 | 602.509 |
| Não-circulante | | | | |
| ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | - | - | 86.980 | 77.440 |
| PIS - Programa de Integração Social | - | - | 555 | 368 |
| COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social | - | - | 2.540 | 1.678 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | - | - | 294.903 | 320.699 |
| Outros | | - | 4.057 | 1.037 |
| | - | | 389.035 | 401.222 |
| | 7.512 | 14.608 | 1.218.652 | 1.003.731 |

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

| | | Controladora | | Consolidado |
|----------------|------|--------------|---------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 2012 | - | - | - | 106.109 |
| 2013 | - | - | 32.006 | 85.382 |
| 2014 | - | - | 88.938 | 17.067 |
| 2015 | - | - | 83.197 | 83.197 |
| 2016 em diante | | | 184.894 | 109.467 |
| | - | - | 389.035 | 401.222 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 8 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R\$ 8.371 em 31/12/2011 (R\$ 41.855 em 31/12/2010) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R\$ 0 em 31/12/2011 (R\$ 23.831 em 31/12/2010). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

Em 31/12/2011, a Companhia possui um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R\$ 807.400 de imposto de renda (R\$ 685.201 em 31/12/2010) e um total de base negativa de contribuição social de R\$ 1.527.495 (R\$ 959.419 em 31/12/2010), representando um ativo fiscal diferido de R\$ 339.324 (R\$ 257.648 em 31/12/2010). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 197.503 (R\$ 70.282 em 31/12/2010), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não têm uma data final para expirar.

Em 31/12/2011, a controlada Gerdau Ameristeel possui um ativo fiscal diferido oriundo de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Canadá de R\$ 123.572 de imposto de renda (R\$ 113.272 em 31/12/2010). Estes prejuízos fiscais expiram em várias datas entre 2025 e 2031. A controlada acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros, e historicamente a controlada tem gerado lucros tributários suficientes para a utilização destes ativos.

Em 31/12/2011, a controlada Gerdau Ameristeel possuía R\$ 133.881 (R\$ 151.551 em 31/12/2010) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados. Essas perdas se referem primariamente a baixa de investimentos de longo prazo da controlada e atualmente não tem uma data final para expirar, exceto por montantes de R\$ 61.836 e R\$ 1.713 incluídos no balanço patrimonial em 31/12/2011 que expiram em 2015 e 2016, respectivamente. A controlada possuía várias perdas fiscais estaduais totalizando R\$ 208.060 (R\$ 205.982 em 31/12/2010), as quais não foram reconhecidas no balanço da Companhia, expiram em várias datas entres 2012 e 2031. A controlada também tinha R\$ 76.771 (R\$ 63.119 em 31/12/2010) de créditos fiscais estaduais que não foram reconhecidas nos balanços patrimoniais consolidados da controlada. Estes créditos expiram em várias datas entre 2015 e 2018, com exceção de uma parcela de R\$ 13.147 (R\$ 12.968 em 31/12/2010), a qual não tem uma data final para expirar.

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda federal (IR) e a contribuição social (CS), que representa um imposto federal adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita a tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 20% e 38,5%. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|-----------|--------------|-----------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| | Total | Total | Total | Total |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 707.294 | 906.593 | 2.180.073 | 2.766.924 |
| Alíquotas nominais | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais | (240.480) | (308.242) | (741.225) | (940.754) |
| Ajustes dos impostos referente: | | | | |
| - diferença de alíquotas emempresas do exterior | - | - | 225.315 | (16.189) |
| - equivalência patrimonial | 324.616 | 369.260 | 21.305 | 13.414 |
| - juros sobre o capital próprio | (1.039) | (12.541) | 53.401 | 120.239 |
| - instrumentos financeiros | (25.631) | (23.176) | - | - |
| - ganho de capital | - | (36.408) | - | - |
| - incentivos fiscais | - | - | 8.371 | 65.686 |
| - ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários | - | - | 238.043 | 291.484 |
| - diferenças permanentes (líquidas) | (4.238) | 198 | (5.634) | (11.636) |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado | 53.228 | (10.909) | (200.424) | (477.756) |
| Corrente | (5.616) | | (526.394) | (643.673) |
| Diferido | 58.844 | (10.909) | 325.970 | 165.917 |

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Controladora

| | Saldo em 01/01/2010 | Reconhecido no resultado | Reconhecido nos resultados abrangentes | Saldo em 31/12/2010 |
|---|--------------------------------|----------------------------------|--|---------------------------|
| Ativo não-circulante | | | | |
| Prejuízos fiscais | 17.086 | 2.372 | - | 19.458 |
| Base negativa de contribuição social | 8.796 | 1.102 | - | 9.898 |
| Provisão para contingências | 125 | (23) | - | 102 |
| Ágio amortizado | 57.237 | (18.312) | = | 38.925 |
| Provisão para perdas | 11 | <u> </u> | | 11 |
| Total ativo não-circulante | 83.255 | (14.861) | - | 68.394 |
| | | | | |
| | Saldo em 01/01/2010 | Reconhecido no resultado | Reconhecido nos resultados abrangentes | Saldo em 31/12/2010 |
| Passivo não-circulante | | | nos resultados | |
| Passivo não-circulante Deságio amortizado | | | nos resultados | |
| | 01/01/2010 | no resultado | nos resultados | 31/12/2010 |
| Deságio amortizado | 01/01/2010 50.017 | no resultado (675) | nos resultados abrangentes | 31/12/2010 |
| Deságio amortizado Benefícios a empregados | 01/01/2010 50.017 3.475 | no resultado (675) (3.277) | nos resultados abrangentes - (198) | 31/12/2010 49.342 - |

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Saldo em 31/12/2010 | Reconhecido no resultado | Reconhecido no Patrimônio Líquido | Saldo em 31/12/2011 |
|--|-----------------------------|-----------------------------|---|-----------------------------|
| Ativo não-circulante | | | | |
| Prejuízos fiscais | 19.458 | 30.857 | - | 50.315 |
| Base negativa de contribuição social | 9.898 | 11.331 | - | 21.229 |
| Provisão para contingências | 102 | (4) | - | 98 |
| Outras diferenças temporárias | - | 16.594 | (16.594) | - |
| Ágio amortizado | 38.925 | (499) | - | 38.426 |
| Provisão para perdas | 11 | (9) | - | 2 |
| Total ativo não-circulante | 68.394 | 58.270 | (16.594) | 110.070 |
| | Saldo em | Reconhecido | Reconhecido | 6.11 |
| | 31/12/2010 | no resultado | no Patrimônio Líquido | Saldo em 31/12/2011 |
| Passivo não-circulante | 31/12/2010 | 21000111100100 | | |
| Passivo não-circulante Deságio amortizado | 31/12/2010 49.342 | 21000111100100 | | |
| | | no resultado | | 31/12/2011 |
| Deságio amortizado | 49.342 | no resultado | | 31/12/2011 48.768 |

Consolidado

| | Saldo em 01/01/2010 | Aquisições de empresas | Reconhecido no resultado | Reconhecido nos resultados abrangentes | Saldo em 31/12/2010 |
|--------------------------------------|------------------------|---------------------------|-----------------------------|--|------------------------|
| Ativo não-circulante | | | | | |
| Prejuízos fiscais | 687.988 | - | 144.587 | 8.695 | 841.270 |
| Base negativa de contribuição social | 46.459 | - | 39.888 | - | 86.347 |
| Provisão para passivos tributários | | | | | |
| cíveis e trabalhistas | 137.822 | - | 51.324 | 4.432 | 193.578 |
| Benefícios a empregados | 238.741 | - | 6.072 | (87.045) | 157.768 |
| Outras diferenças temporárias | 61.299 | 4.562 | (2.095) | 143.418 | 207.184 |
| Ágio amortizado | 134.356 | - | (21.282) | (1.669) | 111.405 |
| Provisão para perdas | 123.626 | | (9.662) | (27.703) | 86.261 |
| Total ativo não-circulante | 1.430.291 | 4.562 | 208.832 | 40.128 | 1.683.813 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| Passivo não-circulante Alocação de ativos a valor justo Deságio amortizado Benefícios a empregados Outras diferenças temporárias Total passivo não-circulante | Saldo em 01/01/2010 1.689.011 146.406 174.370 317.726 2.327.513 | Aquisições de empresas 44.764 - - - 44.764 | Reconhecido no resultado 61.156 (24.472) 17.719 (11.488) 42.915 | Reconhecido nos resultados abrangentes (77.850) - (48.027) 30.922 (94.955) | Saldo em 31/12/2010 1.717.081 121.934 144.062 337.160 2.320.237 |
|---|---|--|---|---|---|
| Total líquido | (897.222) | (40.202) | 165.917 | 135.083 | (636.424) |
| Efeito no resultado do exercício | | = | 165.917 | | |
| | Saldo em 31/12/2010 | Adições/Baixas | Reconhecido no resultado | Reconhecido nos resultados abrangentes | Saldo em 31/12/2011 |
| Ativo não-circulante | | (==) | /=- aaa | | |
| Prejuízos fiscais | 841.270 | (70.103) | (56.983) | (244.770) | 469.414 |
| Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários | 86.347 | (36.050) | 87.177 | - | 137.474 |
| cíveis e trabalhistas | 193.578 | | 88.757 | 11.669 | 294.004 |
| Benefícios a empregados | 157.768 | _ | (23.070) | 147.548 | 282.246 |
| Outras diferenças temporárias | 207.184 | _ | (74.325) | 204.620 | 337.479 |
| Ágio amortizado | 111.405 | _ | 2.614 | (37.232) | 76.787 |
| Provisão para perdas | 86.261 | - | (25.249) | - | 61.012 |
| Total ativo não-circulante | 1.683.813 | (106.153) | (1.079) | 81.835 | 1.658.416 |
| | | | | Reconhecido | |
| | Saldo em | | Reconhecido | nos resultados | Saldo em |
| | 31/12/2010 | Adições/Baixas | no resultado | abrangentes | 31/12/2011 |
| Passivo não-circulante | | | | | |
| Alocação de ativos a valor justo | 1.717.081 | - | (151.793) | (115.243) | 1.450.045 |
| Deságio amortizado | 121.934 | - | (574) | 13.808 | 135.168 |
| Benefícios a empregados | 144.062 | - | (144.062) | - | - |
| Outras diferenças temporárias | 337.160 | | (30.620) | 15.740 | 322.280 |
| Total passivo não-circulante | 2.320.237 | | (327.049) | (85.695) | 1.907.493 |
| Total líquido | (636.424) | (106.153) | 325.970 | 167.530 | (249.077) |
| Efeito no resultado do exercício | | | 325.970 | | |

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| Ca | ntro | hel | ora |
|----|------|-----|-----|
| | | nau | ши |

| | | Ativo |
|----------------|---------------|---------|
| | 2011 | 2010 |
| 2012 | - | 23 |
| 2013 | 20 | 23 |
| 2014 | 20 | 23 |
| 2015 em diante | 110.030 | 68.325 |
| | 110.070 | 68.394 |
| | | Passivo |
| | 2011 | 2010 |
| 2015 em diante | 48.768 | 49.342 |
| | 48.768 | 49.342 |
| | - | |

Consolidado

| | | Ativo |
|----------------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2010 |
| 2011 | - | 373.210 |
| 2012 | 519.284 | 229.964 |
| 2013 | 195.800 | 190.373 |
| 2014 | 179.026 | 183.896 |
| 2015 em diante | 764.306 | 706.370 |
| | 1.658.416 | 1.683.813 |
| | | |

| | | Passivo |
|----------------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2010 |
| 2011 | - | 23.194 |
| 2012 | 215.412 | 36.709 |
| 2013 | 228.812 | 36.920 |
| 2014 | 228.649 | 36.465 |
| 2015 em diante | 1.234.620 | 2.186.949 |
| | 1.907.493 | 2.320.237 |
| | | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 9 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado

| Custo do imobilizado bruto | Terrenos, prédios e construções | Máquinas, equipamentos e instalações | Móveis e utensílios | Veículos | Equipamentos eletrônicos de dados | Florestamento / reflorestamento | Imobilizações em andamento | Total |
|---|--|---|---|---|---|--|--|--|
| Saldo em 01/01/2010 | 5.425.731 | 19.139.016 | 207.846 | 116.150 | 754.624 | 462.942 | 1.601.077 | 27.707.386 |
| Adições | 89.107 | 49.189 | 6.432 | 4.133 | 7.974 | 108.628 | 1.023.306 | 1.288.769 |
| Transferências | 519.280 | 718.598 | 1.595 | 12.397 | 22.457 | - | (1.274.327) | - |
| Baixas | (24.874) | (127.586) | (1.709) | (18.291) | (3.455) | (58.915) | (9.052) | (243.882) |
| Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) | - | (168.449) | - | - | - | - | - | (168.449) |
| Reversão pela não recuperabilidade (nota 27.2) | 33.911 | 154.910 | 44 | - | - | - | - | 188.865 |
| Aquisições/alienações de empresas | 35.800 | 109.436 | - | - | - | - | 27.862 | 173.098 |
| Ganhos/perdas na conversão | (91.688) | (512.149) | 2.618 | 1.836 | (14.849) | - | 3.320 | (610.912) |
| Saldo em 31/12/2010 | 5.987.267 | 19.362.965 | 216.826 | 116.225 | 766.751 | 512.655 | 1.372.186 | 28.334.875 |
| Adições | 1.570 | 35.293 | 7.915 | 6.438 | 11.847 | 74.419 | 1.823.897 | 1.961.379 |
| Transferências | 518.110 | 659.603 | 25.032 | 23.286 | (185.434) | - | (1.040.597) | - |
| Baixas | (19.893) | (150.672) | (3.449) | (5.442) | (47.474) | - | (37.653) | (264.583) |
| Alocação de valor justo | - | - | - | - | - | 27.226 | - | 27.226 |
| Ganhos/perdas na conversão | 276.388 | 1.221.759 | 17.948 | 16.913 | 22.442 | - | 59.613 | 1.615.063 |
| Saldo em 31/12/2011 | 6.763.442 | 21.128.948 | 264.272 | 157.420 | 568.132 | 614.300 | 2.177.446 | 31.673.960 |
| Depreciação acumulada e Impairment | Terrenos, prédios e construções | Máquinas, equipamentos e instalações | Móveis e utensílios | Veículos el | Equipamento etrônico de dados | Florestamento / reflorestamento | Imobilização em andamento | Total |
| Saldo em 01/01/2010 | (1.876.996) | (8.502.210) | (114.131) | (83.157) | (373.128) | (26.145) | 411 | (10.975.356) |
| Depreciação, amortização e exaustão | (232.745) | | | (83.137) | | | | |
| Transferências | | (1.376.603) | (18.003) | (15.093) | (55.448) | (16.681) | 411 | (1.714.573) |
| | 3.867 | (1.376.603) | | | | | | . , |
| Baixas | | | (18.003) | (15.093) | (55.448) | | - | . , |
| | 3.867 | (984) | (18.003) (19) | (15.093) (3.115) | (55.448) 251 | (16.681) | - | (1.714.573) |
| Baixas | 3.867 | (984) 80.693 | (18.003) (19) | (15.093) (3.115) | (55.448) 251 | (16.681) | - | (1.714.573) |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) | 3.867 4.806 | (984) 80.693 100.440 | (18.003) (19) 754 | (15.093) (3.115) 12.197 | (55.448) 251 3.663 | (16.681) | - | (1.714.573) - 119.000 100.440 |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) Ganhos/perdas na conversão | 3.867 4.806 - 83.568 | (984) 80.693 100.440 219.397 | (18.003) (19) 754 - (1.697) | (15.093) (3.115) 12.197 | (55.448) 251 3.663 - 5.891 | (16.681) - 16.887 - | - - - - | (1.714.573) - - - - - - - - - - - - - - - - - - - |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) Ganhos/perdas na conversão Saldo em 31/12/2010 | 3.867 4.806 - 83.568 (2.017.500) | (984) 80.693 100.440 219.397 (9.479.267) | (18.003) (19) 754 - (1.697) (133.096) | (15.093) (3.115) 12.197 - 857 (88.311) | (55.448) 251 3.663 - 5.891 (418.771) | (16.681) - 16.887 - (25.939) | - - - - | (1.714.573) 119.000 100.440 308.016 (12.162.473) |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) Canhos/perdas na conversão Saldo em 31/12/2010 Depreciação, amortização e exaustão | 3.867 4.806 83.568 (2.017.500) (207.529) | (984) 80.693 100.440 219.397 (9.479.267) (1.281.584) | (18.003) (19) 754 (1.697) (133.096) (23.404) | (15.093) (3.115) 12.197 - 857 (88.311) (14.322) | (55.448) 251 3.663 5.891 (418.771) (64.611) | (16.681) - 16.887 - (25.939) | - - - - - - - - | (1.714.573) 119.000 100.440 308.016 (12.162.473) |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) (anhos/perdas na conversão Saldo em 31/12/2010 Depreciação, amortização e exaustão Trans ferências | 3.867 4.806 83.568 (2.017.500) (207.529) (25.537) | (984) 80.693 100.440 219.397 (9.479.267) (1.281.584) 20.285 | (18.003) (19) 754 - (1.697) (133.096) (23.404) (377) | (15.093) (3.115) 12.197 857 (88.311) (14.322) 2.859 | (55.448) 251 3.663 - 5.891 (418.771) (64.611) 2.770 | (16.681) - 16.887 - (25.939) | - - - - - 411 - | (1.714.573) 119.000 100.440 308.016 (12.162.473) (1.619.853) |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) Canhos/perdas na conversão Saldo em 31/12/2010 Depreciação, amortização e exaustão Trans ferências Baixas | 3.867 4.806 83.568 (2.017.500) (207.529) (25.537) 2.311 | (984) 80.693 100.440 219.397 (9.479.267) (1.281.584) 20.285 102.732 | (18.003) (19) 754 (1.697) (133.096) (23.404) (377) 3.048 | (15.093) (3.115) 12.197 - 857 (88.311) (14.322) 2.859 4.455 | (55.448) 251 3.663 5.891 (418.771) (64.611) 2.770 46.248 | (16.681) - 16.887 - (25.939) | - - - - - 411 - | (1.714.573) 119.000 100.440 308.016 (12.162.473) (1.619.853) 158.383 |
| Baixas Baixa pela não recuperabilidade (nota 27.2) Ganhos/perdas na conversão Saldo em 31/12/2010 Depreciação, amortização e exaustão Trans ferências Baixas Ganhos/perdas na conversão | 3.867 4.806 83.568 (2.017.500) (207.529) (25.537) 2.311 (275.525) | (984) 80.693 100.440 219.397 (9.479.267) (1.281.584) 20.285 102.732 (420.175) | (18.003) (19) 754 (1.697) (133.096) (23.404) (377) 3.048 (21.255) | (15.093) (3.115) 12.197 | (55.448) 251 3.663 5.891 (418.771) (64.611) 2.770 46.248 (24.192) | (16.681) - 16.887 - - (25.939) (28.403) - | - - - - - - 411 - - (411) | (1.714.573) 119.000 100.440 308.016 (12.162.473) (1.619.853) 158.383 (754.184) |

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

| | Vida útil |
|--------------------------------------|-------------------------|
| | dos ativos imobilizados |
| Prédios e construções | 20 a 33 anos |
| Máquinas, equipamentos e instalações | 10 a 20 anos |
| Móveis e utensílios | 5 a 10 anos |
| Veículos | 3 a 5 anos |
| Equipamentos eletrônicos de dados | 2,5 a 6 anos |
| Florestamento/reflorestamento | Plano de corte |

- b) Valores segurados os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.
- c) Capitalização de juros e encargos financeiros durante o exercício de 2011, foram apropriados encargos financeiros no montante de R\$ 49.551 (R\$ 48.246 em 31/12/2011) no consolidado.
- **d)** Valores oferecidos em garantia foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 119.289 em 31/12/2011 (R\$ 129.202 em 31/12/2010) no consolidado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

e) **Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado** - Em 31/12/2011, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 32.147 para terrenos, prédios e construções (R\$ 34.622 em 31/12/2010) e R\$ 11.986 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 13.089 em 31/12/2010).

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Controladora

I) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

| | Gerdau S.A. | Gerdau BG Participações S.A. | Aços Villares S.A. | Outros (a) | Ágios (b) | Total |
|---|-------------|------------------------------------|-----------------------|------------|-----------|-------------|
| Saldo em 01/01/2010 | 8.555.114 | 18.785 | 265.459 | 100.624 | 1.118.875 | 10.058.857 |
| Equivalência | 1.037.993 | (61.918) | 91.785 | 18.199 | - | 1.086.059 |
| Ajustes de avaliação patrimonial e outros | (189.234) | 115.245 | (785) | (14.865) | (1.490) | (91.129) |
| Remuneração baseada em ações | 6.729 | - | - | - | - | 6.729 |
| Aquisição/Alienação de investimento | 208.823 | _ | _ | _ | _ | 208.823 |
| Dividendos/juros sobre capital próprio | (285.211) | (4.170) | (24.844) | (3.608) | _ | (317.833) |
| Aumento/baixa de capital social | (227.305) | 227.305 | _ | - | _ | - |
| Incorporação de empresas | - | 1.322.071 | (331.615) | _ | (990.456) | _ |
| Efeito de aumento de participação em controladas | (445.891) | (656.665) | - | (399) | (26.064) | (1.129.019) |
| Saldo em 31/12/2010 | 8.661.018 | 960.653 | | 99.951 | 100.865 | 9.822.487 |
| Equivalência | 815.813 | 128.991 | | 9.950 | | 954.754 |
| Ajustes de avaliação patrimonial e outros | 411.458 | 2.445 | _ | 2.581 | _ | 416.484 |
| Remuneração baseada em ações | 6.450 | 328 | _ | _ | _ | 6.778 |
| Aquisição/Alienação de investimento | 49 | - | _ | _ | (1.343) | (1.294) |
| Dividendos/juros sobre capital próprio | (242.312) | (31.760) | - | (2.580) | - | (276.652) |
| Aumento de capital, líquido em controlada (c) | 814.360 | | _ | _ | _ | 814.360 |
| Ações em tesouraria de controladas | (35.167) | (55) | - | (32) | - | (35.254) |
| Efeito de aumento de participação em controladas | (11.534) | 299.709 | - | (3.427) | _ | 284.748 |
| Saldo em 31/12/2011 | 10.420.135 | 1.360.311 | - | 106.443 | 99.522 | 11.986.411 |
| Capital social | 19.249.181 | 1.571.076 | | | | |
| Total de ativos ajustado | 28.267.864 | 1.394.540 | | | | |
| Total de passivos | 2.608.827 | 34.025 | | | | |
| Patrimônio líquido ajustado | 25,659,037 | 1.360.515 | | | | |
| Receitas | 1.948.750 | - | | | | |
| Lucro líquido do exercício ajustado | 2.008.897 | 129.010 | | | | |
| Participação no capital total (%) | 40,61% | 99,99% | | | | |
| Participação no capital votante (%) | 76,61% | 99,99% | | | | |
| Ações ordinárias | 439.481.675 | 93.410.378 | | | | |
| Ações preferencias possuídas | 252.841.484 | 93.410.378 | | | | |
| Preço de negociação em bolsa | 9.049.852 | - | | | | |
| Dividendos/Juros sobre capital próprio no exercício | 596.733 | 31.764 | | | | |
| Dividendos a receber | 55.386 | 31.760 | | | | |

a) Outros investimentos em empresas controladas

Incluem as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., cujas participações societárias são inferiores a 1% do capital total em cada controlada.

b) Composição de ágio por controlada

| | 2011 | 2010 |
|-------------|--------|---------|
| Gerdau S.A. | 99.522 | 100.865 |
| | 99.522 | 100.865 |

c) Aumento de capital, líquido em controlada

Em abril de 2011 a Metalúrgica Gerdau S.A. participou da oferta pública primária de ações feita por sua controlada Gerdau S.A. onde a Companhia adquiriu 61.263.490 ações ordinárias. Adicionalmente, a Companhia vendeu 8.514.285 ações preferenciais através de oferta pública secundária, totalizando um aumento de investimento líquido no valor de R\$ 814.360.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Consolidado

I) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

| | Empresas com controle compartilhado | | Empresas associadas | | | | | | | | | |
|--|--|----------------------------------|------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|--|------------------------------------|---|---------------------|--------|-----------|-----------|
| | Joint Ventures América do Norte (a) | Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. | Kalyani Gerdau Steel Ltd. | Dona Francisca Energética S.A. | Armacero Ind. Com. Ltda. | Grupo Multisteel Business Holdings Corp. | Corsa Controladora S.A. de C.V. | Corporación Centroamericana del Acero, S.A. | Maco Holdings Ltda. | Outros | Ágios (b) | Total |
| Saldo em 01/01/2010 | 258.758 | 58.088 | 16.058 | 92.613 | 15.807 | 159.766 | 98.567 | 128.555 | | 1.056 | 370.642 | 1.199.910 |
| Equivalência | 829 | (1.657) | (13.093) | 12.765 | 1.773 | 15.075 | 7.385 | (6.672) | 23.049 | - | - | 39.454 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 1.844 | 769 | (1.813) | - | 333 | (8.236) | 1.226 | 7 | = | - | (11.854) | (17.724) |
| Aquisição/alienação de investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 234 | - | 234 |
| Aumento de capital social | - | = | 24.552 | = | - | - | - | - | 74.737 | - | - | 99.289 |
| Dividendos/juros sobre capital próprio | (43.788) | | | (5.182) | | 441 | (8.279) | 165 | | | | (56.643) |
| Saldo em 31/12/2010 | 217.643 | 57.200 | 25.704 | 100.196 | 17.913 | 167.046 | 98.899 | 122.055 | 97.786 | 1.290 | 358.788 | 1.264.520 |
| Equivalência | 75.013 | (7.582) | (34.172) | 18.019 | 727 | (4.297) | 11.114 | 2.669 | 1.171 | - | - | 62.662 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 31.737 | (130) | 3.358 | - | 1.144 | 20.884 | (3.229) | 13.642 | 15.241 | - | 24.887 | 107.534 |
| Aquisição/alienação de investimento | - | = | - | = | - | - | - | - | (2.773) | - | - | (2.773) |
| Aumento de capital social | - | - | 387 | - | - | - | - | - | - | = | 26.468 | 26.855 |
| Dividendos/juros sobre capital próprio | (57.873) | | | (11.489) | <u> </u> | (3.672) | (23.093) | | (7.380) | | | (103.507) |
| Saldo em 31/12/2011 | 266.520 | 49.488 | (4.723) | 106.726 | 19.784 | 179.961 | 83.691 | 138.366 | 104.045 | 1.290 | 410.143 | 1.355.291 |

a) Joint Ventures América do Norte

Composto pelas empresas: Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors e MRM Guide Rail.

b) Composição do ágio

| | 2011 | 2010 |
|---|---------|---------|
| Dona Francisca Energética S.A. | 17.071 | 17.071 |
| Grupo Multisteel Business Holdings Corp. | 42.096 | 39.112 |
| Corsa Controladora S.A. de C.V. | 140.045 | 140.686 |
| Corporación Centroamericana del Acero, S.A. | 184.463 | 161.919 |
| Kalyani Gerdau Steel Ltd. | 26.468 | |
| | 410.143 | 358.788 |
| | | |

II) Adiantamento para futuro investimento em participação societária

O depósito para futuro investimento em participação societária refere-se a R\$ 65.254 na subsidiária Kalyani Gerdau Steel Ltda..

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – ÁGIOS

As alterações no ágio são as seguintes:

| | | | Consolidado |
|--|---------------|-----------------------------|------------------------------|
| | Montante | Perdas acumuladas pela | Ágio após as perdas pela não |
| | bruto do ágio | não recuperabilidade ativos | recuperabilidade de ativos |
| Saldo em 01/01/2010 | 9.609.047 | (211.199) | 9.397.848 |
| (+/-) Ganhos/perdas na conversão | (332.770) | 15.888 | (316.882) |
| (+) Adições | 160.944 | - | 160.944 |
| (-) Baixas | (990.456) | | (990.456) |
| Saldo em 31/12/2010 | 8.446.765 | (195.311) | 8.251.454 |
| (+/-) Ganhos/perdas na conversão | 995.484 | (19.168) | 976.316 |
| (+) Ajustes de alocação do preço de compra | 20.032 | | 20.032 |
| Saldo em 30/09/2011 | 9.462.281 | (214.479) | 9.247.802 |

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

| | | Consolidado |
|------------------|-----------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| Brasil | 472.657 | 474.001 |
| Aços Especiais | 2.016.847 | 1.800.754 |
| América Latina | 784.945 | 687.867 |
| América do Norte | 5.973.353 | 5.288.832 |
| | 9.247.802 | 8.251.454 |

Avaliação da recuperação do ágio

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Para o exercício findo em 31/12/2011, a Companhia realizou testes de recuperação de ágio para os seus segmentos de negócio, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Os resultados da avaliação da recuperação do ágio são apresentados na nota 27.

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software*:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Relacionamento com fornecedores | Desenvolvimento de software | Cert. redução emissão carbono | Relacionamento com clientes | Outros | Total |
|--|------------------------------------|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------------|---------|-----------|
| Saldo em 01/01/2010 | 127.045 | - | 7.743 | 848.764 | 9.248 | 992.800 |
| Variação cambial | - | - | (2.430) | (30.526) | 129 | (32.827) |
| Aquisição | - | 82.701 | 11.897 | - | - | 94.598 |
| Aquisição por combinação de negócios | - | - | - | 30.591 | - | 30.591 |
| Reversão de perdas pela não recuperabilidade | - | - | - | 216.191 | - | 216.191 |
| Baixas | - | - | (4.925) | - | - | (4.925) |
| Amortização | (8.129) | | - | (110.558) | (918) | (119.605) |
| Saldo em 31/12/2010 | 118.916 | 82.701 | 12.285 | 954.462 | 8.459 | 1.176.823 |
| Variação cambial | | | 1.998 | 111.631 | (225) | 113.404 |
| Aquisição | - | 130.120 | 11.546 | - | - | 141.666 |
| Baixas | - | - | (6.075) | - | - | (6.075) |
| Amortização | (14.991) | - | - | (135.950) | (1.169) | (152.110) |
| Saldo em 31/12/2011 | 103.925 | 212.821 | 19.754 | 930.143 | 7.065 | 1.273.708 |
| Vida útil média estimada | 5 a 20 anos | 7 anos | Indeterminado | 5 a 20 anos | 5 anos | |

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|------------------|-----------|-----------|
| Brasil | 263.865 | 190.228 |
| Aços Especiais | 270.143 | 272.455 |
| América do Norte | 739.700 | 714.140 |
| | 1.273.708 | 1.176.823 |
| | | |

A amortização dos outros intangíveis é efetuada ao longo da vida útil média estimada e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. As aquisições de 2011 referem-se substancialmente ao projeto de desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio e a alocação detalhada na nota 3.5.c. Os resultados da avaliação da recuperação dos outros intangíveis são apresentados na nota 28.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

| | | | Consolidado |
|--|------------|------------|-------------|
| | Encargos | | |
| Financiamentos de curto prazo denominados em reais | anuais (*) | 2011 | 2010 |
| Capital de giro | 5,45% | 420.943 | 151.379 |
| Financiamento de investimento | 11,09% | 5.103 | 5.729 |
| Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira | | | |
| Capital de giro (US\$) | 2,12% | 448.023 | 502.393 |
| Capital de giro (€) | 4,13% | 39.456 | 100.635 |
| Capital de giro (Clp\$) | 1,65% | 2.710 | 24.373 |
| Capital de giro (Cop\$) | 7,63% | 101.345 | 79.775 |
| Capital de giro (PA\$) | 20,60% | 23.014 | 35.377 |
| Capital de giro (Mxn\$) | 6,72% | 41.439 | 46.314 |
| Financiamento de imobilizado e outros (US\$) | 2,80% | 17.240 | 5.930 |
| | | 1.099.273 | 951.905 |
| Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo | | 616.032 | 626.063 |
| Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante | _ | 1.715.305 | 1.577.968 |
| Financiamentos de longo prazo denominados em reais | | | |
| Capital de giro | 7,01% | 568.340 | 939.286 |
| Financiamento de imobilizado | 7,66% | 1.423.333 | 1.497.509 |
| Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira | | | |
| Capital de giro (US\$) | 3,06% | 1.465.818 | 1.062.624 |
| Capital de giro (€) | 4,13% | 82.329 | 82.761 |
| Capital de giro (Mxn\$) | 6,72% | 20.175 | 4.872 |
| Capital de giro (Cop\$) | 7,31% | 169.373 | 206.638 |
| Ten Years Bonds (US\$) | 6,70% | 7.582.966 | 6.709.187 |
| Term Loan Facility (US\$) | 1,65% | - | 2.073.264 |
| Adiantamentos de exportações (US\$) | 5,91% | 96.986 | 130.138 |
| Financiamento de investimento (US\$) | 4,63% | 27.542 | 38.323 |
| Financiamento de imobilizado e outros (US\$) | 3,37% | 361.460 | 241.517 |
| | | 11.798.322 | 12.986.119 |
| Menos: parcela circulante | | (616.032) | (626.063) |
| Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante | _ | 11.182.290 | 12.360.056 |
| Total financiamentos | | 12.897.595 | 13.938.024 |
| | | | |

^(*) Custo médio ponderado efetivo de juros em 31/12/2011.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

| | | Consolidado |
|------------------------------|------------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| Real (R\$) | 2.417.719 | 2.593.903 |
| Dólar Norte-Americano (US\$) | 10.000.035 | 10.763.376 |
| Euro (€) | 121.785 | 183.396 |
| Peso Colombiano (Cop\$) | 270.718 | 286.413 |
| Peso Argentino (PA\$) | 23.014 | 35.377 |
| Peso Chileno (Clp\$) | 2.710 | 24.373 |
| Peso Mexicano (Mxn\$) | 61.614 | 51.186 |
| | 12.897.595 | 13.938.024 |

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

| | | Consolidado |
|----------------|------------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| 2012 | - | 1.547.697 |
| 2013 | 1.291.602 | 2.589.530 |
| 2014 | 1.140.192 | 787.169 |
| 2015 | 518.323 | 327.995 |
| 2016 em diante | 8.232.173 | 7.107.665 |
| | 11.182.290 | 12.360.056 |

a) Term Loan Facility

Em 21/04/2011, a Companhia pagou antecipadamente a totalidade do saldo de financiamento do Term Loan Facility, no montante de US\$ 1,3 bilhão (R\$ 2,1 bilhões). Em virtude da liquidação deste financiamento, a Companhia reconheceu uma despesa em virtude da amortização do saldo remanescente de custos financeiros diferidos de R\$ 13,6 milhões.

b) Linha de Crédito Global

Em 18/08/2011, a Companhia concluiu a operação Senior Unsecured Global Working Capital Credit Agreement que é uma linha de crédito revolver de US\$ 1 bilhão com objetivo de prover liquidez às subsidiarias da Companhia. As seguintes empresas prestam garantida para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A, Gerdau Aços Longos S.A, Gerdau Aços Especiais S.A e Gerdau Comercial de Aços S.A.. Essa linha de crédito *committed* é dividida em duas tranches de US\$ 500 milhões, sendo uma das tranches destinada para as subsidiarias da América do Norte e a outra para as subsidiárias da América Latina e Espanha. Devido à contratação desta linha, foram canceladas as outras linhas de crédito que as controladas da América do Norte e a controlada Gerdau MacSteel Inc. detinham. O prazo total da operação é de 3 anos. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 329,8 milhões (R\$ 618,6 milhões em 31/12/2011) e está classificado como capital de giro (US\$).

c) Ten Years Bonds

Bond 2021

Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de R\$ 2.344.750. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada das obrigações ao portador (Bond Perpétuo), no valor de US\$ 600 milhões (R\$ 1.031 milhões na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

Bond 2020

Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

Bond 2017

Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de bonds no valor total de US\$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US\$ 500 milhões, totalizando dívida de US\$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. Em 31/12/2011, o saldo de principal nesta operação era de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2.813.700 em 31/12/2011).

d) ECGD - Export Credits Guarantee Department

Em 16/06/2011, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. conclui operação financeira para financiamento de investimentos no valor de US\$ 251,5 milhões (R\$ 466,4 milhões) e vencimento final em 08/08/2023. A Companhia presta garantia nesta operação. As seguintes instituições financeiras são parte credora nesta operação: Deutsche Bank AG, London Branch; HSBC Limited, Tokyo Branch; Citibank Europe plc e BNP Paribas. Esta operação conta ainda com seguro de crédito pela ECGD (Export Credits Guarantee Department), agência de incentivo à exportação do Reino Unido. Em 31/12/2011, o saldo de principal desta operação era US\$ 76,9 milhões (R\$ 144,3 milhões em 31/12/2011) e está classificado na linha de financiamento de imobilizado.

e) Covenants

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros requeridos nos contratos de dívida.

- I) Consolidated Interest Coverage Ratio (nível de cobertura da despesa financeira) mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2011 este índice era de 4,3 vezes;
- **II**) Consolidated Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida) mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos. O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2011 este índice era de 2,9 vezes;
- **III**) Required Minimum Net Worth (Patrimônio Líquido mínimo requerido) mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R\$ 3.795.200. Em 31/12/2011 o Patrimônio Líquido era R\$ 26.519.803; e
- **IV**) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2011 este índice era de 2,6 vezes.

Todos os *covenants* descritos acima são calculados com base nas Informações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Metalúrgica Gerdau S.A., e vêm sendo atendidos. A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento destes é a possibilidade de declaração de *default* pelos bancos e o vencimento antecipado dos contratos.

A Companhia tem o objetivo de implementar um novo padrão de covenants financeiros no qual o caixa e aplicações financeiras, assim como, as receitas financeiras são consideradas no cálculo dos indicadores. Alinhados a esta estratégia, os novos contratos de financiamento da Companhia e de suas subsidiárias, que contém covenants financeiros, seguem o novo padrão. O novo padrão de covenants financeiros aplicável aos itens "I" e "II" acima é o seguinte: Divida Líquida / EBITDA <= 4 e EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas >=3. O contrato da Linha de Crédito Global (item "b" acima) já contempla o novo padrão de covenants financeiros Em 31/12/2011, a Divida Líquida / EBITDA era de 2,0 vezes e o EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas era de 7,4.

Baseado em suas projeções internas, a Companhia não espera descumprir seus covenants financeiros dentro dos próximos doze meses. Entretanto, estas projeções podem ser afetadas positiva ou negativamente pela economia global e pelo mercado siderúrgico.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R\$ 76.404, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

g) Linhas de crédito e contas garantidas

Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R\$ 1.500.025 para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos serão disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,21% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. O saldo devedor dessa linha era de R\$ 228.315 em 31/12/2011.

Em 27/05/2008, a Gerdau Aços Longos S.A. obteve uma aprovação junto ao BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R\$ 543.413 para financiamento da construção do Complexo Energético Caçú / Barra dos Coqueiros, com carência de 6 meses após início das atividades, até outubro de 2010. Em 31/12/2011, R\$ 537.434 dessa linha haviam sido utilizados. A amortização ocorrerá no período de novembro de 2010 a outubro de 2024, a uma taxa de juros contratada de TJLP + 1,46% a.a..

NOTA 14 – DEBÊNTURES

Debêntures emitidas pela Metalúrgica Gerdau S.A.

Em 21/05/2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a 4ª emissão de debêntures da Metalúrgica Gerdau S.A.. A emissão destinou-se a subscrição por parte do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, mediante a entrega da totalidade de sua participação no capital social da Aços Villares S.A.. As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$ 9.923,85, em 09/06/2008, data de emissão. Foram emitidas 131.280 debêntures, totalizando R\$ 1.306.591 em 31/12/2011 (R\$ 1.306.591 em 31/12/2010), e seu vencimento se dará no prazo de 5 anos, a partir da data da emissão. Cada debênture poderá ser permutada por 200 ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A., a qualquer tempo, a exclusivo critério do detentor da debênture, desde a data de emissão até a data do vencimento do título. As debêntures percebem juros anuais de 0,75% + variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, exigíveis semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa nominal média anual de juros foi de 11,60% e 9,75% em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | | | | | | Consolidado |
|---------------------------|------------|------------|---------------|------------|-----------------|------------|-------------|
| | Assembléia | Quantidade | em 31/12/2011 | | | | |
| Emissão | Geral | Emitida | Em carteira | Vencimento | Encargos anuais | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| Metalúrgica Gerdau S.A. | | | ,, | | | | |
| 4 ^a | 09/06/2008 | 131.280 | - | 09/06/2013 | 0,75% + TJLP | 1.302.803 | 1.302.803 |
| 4^{a} | 09/06/2008 | 131.280 | - | 15/06/2012 | 0,75% + TJLP | 3.787 | 105.897 |
| Gerdau S.A. | | | | | | | |
| 3 ^a - A e B | 27/05/1982 | 144.000 | 111.252 | 01/06/2021 | CDI | 113.715 | - |
| 7 ^a | 14/07/1982 | 68.400 | 59.219 | 01/07/2012 | CDI | 41.688 | 40.717 |
| 8 ^a | 11/11/1982 | 179.964 | 33.101 | 02/05/2013 | CDI | 435.676 | 463.656 |
| 9ª | 10/06/1983 | 125.640 | 21.851 | 01/09/2014 | CDI | 32.261 | 14.452 |
| 11 ^a - A e B | 29/06/1990 | 150.000 | 95.333 | 01/06/2020 | CDI | 156.515 | 98.077 |
| | | | | | _ | 779.855 | 616.902 |
| Total Consolidado | | | | | _ | 2.086.445 | 2.025.602 |
| | | | | | | | |
| Parcela do Circulante | | | | | | 45.475 | 105.897 |
| Parcela do Não-circulante | | | | | | 2.040.970 | 1.919.705 |

Em 31/12/2010, as Debêntures da 3° emissão apresentavam vencimento em 01/06/2011, sendo então classificadas como Circulante. Para o exercício findo em 31/12/2011, o vencimento desta série de debêntures foi prorrogado para 01/06/2021, passando então a ser classificadas como não-circulante.

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

| | | Consolidado |
|----------------|------------|-------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2010 |
| 2012 | - | 40.717 |
| 2013 | 1.738.479 | 1.766.459 |
| 2014 | 32.261 | 14.452 |
| 2020 em diante | 270.230 | 98.077 |
| | 2.040.970 | 1.919.705 |

NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores, *Ten Years Bonds, Term Loan Facility*, financiamentos outros, Salários a pagar, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Obrigações por compra de ações, Outras contas a receber e Outras contas a pagar. Estas operações têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como o *hedge* de determinadas operações e, aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

| | Controladora | | | | | | | | |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------------|--|
| | | 2011 | | 2010 | | | | 2010 | |
| | Valor contábil | Valor de mercado | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 345 | 345 | 334 | 334 | 1.477.020 | 1.477.020 | 1.062.247 | 1.062.247 | |
| Aplicações financeiras | 2.878 | 2.878 | 13.158 | 13.158 | 3.101.649 | 3.101.649 | 1.147.160 | 1.147.160 | |
| Contas a receber de clientes | _ | _ | _ | - | 3.602.748 | 3.602.748 | 3.153.025 | 3.153.025 | |
| Fornecedores | 120 | 120 | 69 | 69 | 3.212.278 | 3.212.278 | 1.783.390 | 1.783.390 | |
| Ten Years Bonds | - | - | - | - | 7.582.966 | 8.002.218 | 6.709.187 | 7.167.676 | |
| Term Loan Facility | - | - | - | - | - | - | 2.073.264 | 2.073.264 | |
| Financiamentos outros | - | - | - | - | 5.314.629 | 5.314.629 | 5.155.573 | 5.155.573 | |
| Salários a pagar | - | - | - | - | 617.432 | 617.432 | 476.136 | 476.136 | |
| Debêntures | 1.306.591 | 1.306.591 | 1.306.591 | 1.306.591 | 2.086.445 | 2.086.445 | 2.025.602 | 2.025.602 | |
| Partes relacionadas (ativo) | - | - | - | - | 82.088 | 82.088 | 33.981 | 33.981 | |
| Partes relacionadas (passivo) | 938.582 | 938.582 | 42 | 42 | - | - | - | - | |
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | - | - | - | - | 140 | 140 | 6.312 | 6.312 | |
| Perdas não realizadas com instrumentos financeiros | - | - | - | - | 5.327 | 5.327 | 92.476 | 92.476 | |
| Obrigações por compra de ações | 815.419 | 815.419 | 740.034 | 740.034 | 1.348.963 | 1.348.963 | 1.256.740 | 1.256.740 | |
| Outras contas a receber | 2.340 | 2.340 | 2.342 | 2.342 | 466.920 | 466.920 | 413.299 | 413.299 | |
| Outras contas a pagar | 1.967 | 1.967 | 2.404 | 2.404 | 758.945 | 758.945 | 770.017 | 770.017 | |

O valor de mercado dos títulos Ten Years Bonds são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos.

Os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas ou contratando *hedges*, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em Dólar ou outras moedas, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em Dólar do que ativos.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, Lucros acumulados e Reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos anos, a metodologia BSC (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI – *Key Perfomance*

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA ajustado, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 13) e pelas Debêntures (nota 14). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

A empresa busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo:

WACC
Dívida Bruta/EBITDA
Entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros
Relação Dívida/Patrimônio Líquido
entre 40%-60% e 60% -40%

Estes indicadores chave são usados para os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 13 e 14, respectivamente.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros:

| | | | | | Consolidado |
|---|------------------------------|----------------|-----------------------------|---------------|----------------|
| Obvigaçãos contratucia | Total | Menos de 1 ano | 1 2 amag | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Obrigações contratuais | | | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 3.212.278 | 3.212.278 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos - Circulante | 1.715.305 | 1.715.305 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos - Não-circulante | 11.182.290 | - | 2.431.794 | 518.323 | 8.232.173 |
| Salários a pagar | 617.432 | 617.432 | - | - | - |
| Debêntures | 2.086.445 | 45.475 | 1.770.740 | - | 270.230 |
| Opção de compra de participação remanescente da PCS | 4.723 | - - | 4.723 | - | - |
| Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor | 528.821 | 528.821 | 815.419 | - | - |
| Opção de venda concedida ao BNDES | 815.419 20.162.713 | 6.119.311 | 5.022.676 | 518.323 | 8.502.403 |
| | | | | | Controladora |
| | | | | | 2011 |
| Obrigações contratuais | Total | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 120 | 120 | - | - | - |
| Debêntures | 1.306.591 | 3.788 | - | 1.302.803 | - |
| Partes relacionadas | 938.582 | - | - | - | 938.582 |
| Opção de venda concedida ao BNDES | 815.419 | | 815.419 | | - |
| | 3.060.712 | 3.908 | 815.419 | 1.302.803 | 938.582 |
| | | | | | Consolidado |
| | | | | | 2010 |
| Obrigações contratuais | Total | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 1.783.390 | 1.783.390 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos - Circulante | 1.577.968 | 1.577.968 | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos - Não-circulante | 12.360.056 | - | 4.137.227 | 790.504 | 7.432.325 |
| Salários a pagar | 476.136 | 476.136 | - | - | - |
| Debêntures | 2.025.602 | 105.897 | 1.807.176 | 14.452 | 98.077 |
| Opção de compra de participação remanescente da PCS | 40.341 | 40.341 | - | - | - |
| Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor | 464.868 | - | - | 464.868 | - |
| Opção de compra e venda de participação remanescente da Sipar | 11.497 | - | | 11.497 | - |
| Opção de venda concedida ao BNDES | 740.034 19.479.892 | 3.983.732 | 740.034 6.684.437 | 1.281.321 | 7.530.402 |
| | | | :: | | Controladora |
| | | | | | 2010 |
| Obrigações contratuais | Total | Menos de 1 ano | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais de 5 anos |
| Fornecedores | 69 | 69 | - | - | - |
| Debêntures | 1.306.591 | 3.788 | - | 1.302.803 | - |
| Partes relacionadas | 42 | - | - | - | 42 |
| Opção de venda concedida ao BNDES | 740.034 | | 740.034 | . | |
| | 2.046.736 | 3.857 | 740.034 | 1.302.803 | 42 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

| Premissa | Variação | 2011 |
|---|----------|---------|
| Variações na moeda estrangeira | 5% | 51.594 |
| Variações nas taxas de juros | 0,1% | 77.554 |
| Variações no preço dos produtos vendidos | 1% | 354.068 |
| Variações no preço das mercadorias e no preço das matérias-primas | 1% | 219.420 |
| Swaps de taxas de juros | 0,1% | 1.382 |
| Contratos futuros de Dólar | 5% | 6.505 |

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos Empréstimos e financiamentos no montante de US\$ 550,1 milhões. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes Empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 31/12/2011, a Companhia está principalmente exposta a variações entre o Real e o Dólar, em virtude de suas controladas localizadas fora do Brasil terem empréstimos tomados principalmente na mesma moeda das suas moedas funcionais. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2011, a R\$ 51.594 (R\$ 88.535 em 31/12/2010) e representa uma receita se ocorrer uma apreciação do Real frente ao Dólar ou uma despesa no caso de uma depreciação do Real frente ao Dólar.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus Empréstimos e financiamentos e Debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% sobre estes Empréstimos e financiamentos e Debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2011, R\$ 77.554 (R\$ 81.312 em 31/12/2010) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 13 e 14, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia possui exposição de variações no preço das mercadorias. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R\$ 354.068 em 31/12/2011 (R\$ 313.932 em 31/12/2010) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ (219.420) em 31/12/2011 (R\$ (182.081) em 31/12/2010). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Um aumento de 0,1% na taxa de juros representa uma receita de R\$ 1.382 (R\$ 3.347 em 31/12/2010) e uma redução de 0,1% na taxa de juros representa uma despesa de R\$ 1.382 (R\$ 3.347 em 31/12/2010). Estes *swaps* foram contratados para eliminar as variações de taxa variável para fixa (passivo). Em 31/12/2011, estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados, no montante de R\$ 1.382 (R\$ 311 na Demonstração Consolidada dos Resultados e R\$ 3.036 na Demonstração Consolidada dos Resultados Abrangentes, em 31/12/2010). Estes efeitos de alterações nos *hedge* de fluxos de caixa são registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os *swaps* de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Análise de sensibilidade dos contratos futuros de Dólar: a Companhia possui exposição a contratos futuros de Dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% do Dólar frente ao Peso colombiano e ao Real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma despesa de R\$ 6.505 (R\$ 3.941 em 31/12/2010), e uma redução de 5% do Dólar frente a estas moedas representa uma receita de R\$ 6.505 (R\$ 3.941 em 31/12/2010). Estes Contratos futuros de Dólar foram contratados para cobertura da posição ativa (exportação). Estes efeitos seriam registrados na Demonstração Consolidada dos Resultados. Os contratos futuros de Dólar que a Companhia está exposta são apresentados na nota 15.e.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

| Operação | Risco | Cenário provável | Cenário possível | Cenário remoto |
|---|----------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Contratos futuros de Dólar | Variação na taxa de câmbio | 6.505 | 32.423 | 64.902 |
| Contratos <i>swap</i> Swap de taxa de juros | Variação na <i>Libor</i> | 1.382 | 2.940 | 5.781 |
| Cenário | | | 25% | 50% |

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

| | | | | Controladora | | | | Consolidado |
|--|-----------------------------|---|---|--------------|-----------------------------|---|---|-------------|
| 2011 Ativos | Empréstimos e recebíveis | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido | Total | Empréstimos e recebíveis | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido | Total |
| Caixa e equivalentes de caixa | 345 | resultado | Liquido | 345 | 1.477.020 | resultado | Liquido | 1.477.020 |
| Aplicações financeiras | 343 | 2.878 | | 2.878 | 1.477.020 | 3.095.359 | 6.290 | 3.101.649 |
| Contas a receber de clientes | - | 2.070 | | 2.076 | 3.602.748 | 3.093.339 | 0.230 | 3.602.748 |
| Partes relacionadas | - | - | - | - | 82.088 | - | | 82.088 |
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | - | - | - | - | 62.066 | 140 | - | 140 |
| Outras contas a receber | 2.340 | - | - | 2.340 | 466.920 | 140 | - | 466,920 |
| Total | 2,685 | 2,878 | - | 5,563 | 5.628.776 | 3.095.499 | 6,290 | 8.730.565 |
| | 2.005 | 2.070 | | 5.505 | 5.020.770 | 3.073.477 | 0.270 | 0.750.505 |
| Resultado financeiro | 929 | 2.333 | - | 3.262 | 380.382 | 277.154 | | 657.536 |
| | | Passivos a valor | | | | Passivos a valor | | |
| | Passivos a valor | de mercado com | | | Passivos a valor | de mercado com | | |
| | de mercado com | ganhos e perdas | | | de mercado com | ganhos e perdas | | |
| | ganhos e perdas | reconhecidos no | Outros passivos | | ganhos e perdas | reconhecidos no | Outros passivos | |
| | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao | | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao | |
| Passivos | resultado | Líquido | custo amortizado | Total | resultado | Líquido | custo amortizado | Total |
| Fornecedores | | | 120 | 120 | | | 3.212.278 | 3.212.278 |
| Ten Years Bonds | - | - | - | - | - | - | 7.582.966 | 7.582.966 |
| Financiamentos outros | - | - | - | - | - | - | 5.314.629 | 5.314.629 |
| Salários a pagar | - | - | - | - | - | - | 617.432 | 617.432 |
| Debêntures | - | - | 1.306.591 | 1.306.591 | - | - | 2.086.445 | 2.086.445 |
| Partes relacionadas | - | - | 938.582 | 938.582 | - | - | | - |
| Perdas não realizadas com instrumentos financeiros | - | - | - | - | 5.327 | - | - | 5.327 |
| Obrigações por compra de ações | 815.419 | - | - | 815.419 | 1.348.963 | - | - | 1.348.963 |
| Outras contas a pagar | | | 1.967 | 1.967 | | | 758.945 | 758.945 |
| Total | 815.419 | | 2.247.260 | 3.062.679 | 1.354.290 | | 19.572.695 | 20.926.985 |
| Resultado financeiro | (75.385) | | (156,653) | (232.038) | (172.293) | | (1.173.641) | (1.345.934) |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| 2010 Ativos Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Contas a receber de clientes Partes relacionadas | Empréstimos e recebiveis 334 | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido | Total 334 13.158 | Empréstimos e recebíveis 1.062.247 3.153.025 33.981 | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado | Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido - 36.356 | Total 1.062,247 1.147,160 3.153,025 33,981 |
|---|---|---|---|-------------------------------------|--|---|--|---|
| Ganhos não realizados com instrumentos financeiros | | | - | | 33.961 | 6.312 | | 6.312 |
| Outras contas a receber | 2.342 | | | 2.342 | 413.299 | | | 413.299 |
| Total | 2.676 | 13.158 | | 15.834 | 4.662.552 | 1.117.116 | 36.356 | 5.816.024 |
| Resultado financeiro | 359 Passivos a valor de mercado com | 4.420 Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas | - | 4.779 | Passivos a valor de mercado com | 199.505 Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas | | 350.305 |
| | ganhos e perdas reconhecidos no | reconhecidos no Patrimônio | Outros passivos financeiros ao | | ganhos e perdas reconhecidos no | reconhecidos no Patrimônio | Outros passivos financeiros ao | |
| Passivos | | | | Total | | | | Total |
| Fornecedores | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao | Total 69 | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 | 1.783.390 |
| Fornecedores Ten Years Bonds | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado | | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 | 1.783.390 6.709.187 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado | | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado | | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 - - | 69 - - - - | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar Deběntures | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 - - - 1.306.591 | 69 - - - - 1.306.591 | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Tem Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar Debêntures Partes relacionadas | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 - - | 69 - - - - | reconhecidos no resultado - - - - - - | Patrimônio Líquido - - - - - - | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 2.025.602 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar Debêntures Partes relacionadas Perdas não realizadas com instrumentos financeiros | reconhecidos no resultado | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 - - - 1.306.591 | 1.306.591 42 | reconhecidos no resultado | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 2.025.602 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Tem Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar Debêntures Partes relacionadas | reconhecidos no | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 - - - 1.306.591 | 69 - - - - 1.306.591 | reconhecidos no resultado - - - - - - | Patrimônio Líquido - - - - - - | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 2.025.602 |
| Fornecedores Ten Years Bonds Term Loan Facility Financiamentos outros Salários a pagar Debêntures Partes relacionadas Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Obrigações por compra de ações | reconhecidos no resultado | Patrimônio | financeiros ao custo amortizado 69 1.306.591 42 | 1.306.591 42 740.034 | reconhecidos no resultado | Patrimônio Líquido - - - - - - | financeiros ao custo amortizado 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 2.025.602 | 1.783.390 6.709.187 2.073.264 5.155.573 476.136 2.025.602 92.476 1.256.740 |

Em 31/12/2011, todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e Contratos futuros de Dólar. Estes instrumentos foram registrados a valor justo, sendo as perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido na Demonstração Consolidada dos Resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

Política de apuração do valor justo: O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso da *Libor*, e de acordo com cada mercado onde a empresa está exposta. Os *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva, são estimados de forma independente e trazidos a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de Dólar, como em outras moedas), *swap* de moeda e também Contratos futuros de Dólar.

Contratos futuros de Dólar

A controlada Cleary Holdings liquidou os NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimentos em 04/02/2011 e 04/03/2011. Estas operações foram contratadas com o objetivo de proteger-se da variação cambial do Dólar para a moeda local, que poderia impactar a receita de suas exportações e assim prejudicar a margem. Em 31/12/2011, o reflexo destes NDF's no resultado do período foi um ganho de R\$ 370, que foi registrado na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. A contraparte destas operações foi com o Banco de Bogotá.

A controlada Cleary Holdings liquidou NDF (*Non Deliverable Forwards*), qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimento em 22/12/2011. Esta operação foi contratada com o objetivo de proteger-se da variação cambial do Dólar para a moeda local. Em 31/12/2011, o reflexo deste NDF no resultado do período foi uma perda de R\$ 316, que foi registrado na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. A contraparte desta operação foi com o Banco de Bogotá.

A controlada Diaco S.A. liquidou *Forward*, qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimento em 07/04/2011. Esta operação foi contratada com o objetivo de proteger-se da exposição cambial existente a partir de financiamento em Dólar com o Banco Davivienda. Em 31/12/2011, o reflexo deste instrumento no resultado do período foi uma perda de R\$ 106, que foi registrada na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. A contraparte desta operação foi com o Banco Davivienda.

A controlada Diaco S.A. liquidou *Forward*, qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimento em 07/10/2011. Esta operação foi feita em função da exposição cambial existente a partir de financiamento em Dólar com o Banco Davivienda. Em 31/12/2011, o reflexo deste instrumento no resultado do período foi uma perda de R\$ 505, que foi registrada na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. A contraparte desta operação foi com o Banco Davivienda.

A controlada Diaco S.A. contratou *Forward*, qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US\$ 10,0 milhões (R\$ 18.758 em 31/12/2011), com vencimento em 24/09/2012. Esta operação foi feita em função da exposição cambial existente a partir de financiamento em Dólar com o Banco Davivienda. O valor justo deste contrato representa um ganho de R\$ 140, cuja contrapartida foi registrada no resultado. A contraparte desta operação é com o Banco Davivienda.

A controlada Diaco S.A. contratou NDF, qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US\$ 60,0 milhões (R\$ 112.548 em 31/12/2011), com vencimento em 12/12/2012. Esta operação foi feita em função da exposição cambial existente a partir de financiamento em Dólar com o Banco Davivienda. O valor justo deste contrato representa uma perda de R\$ 314, cuja contrapartida foi registrada no resultado. A contraparte desta operação é com o Banco Davivienda.

Os testes prospectivos e retrospectivos dos instrumentos financeiros acima não identificaram nenhum valor de inefetividade.

Contratos de Swap

Swap de taxas de juros

A controlada Gerdau Ameristeel Corp. liquidou antecipadamente *swaps* de taxas de juros, qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimentos entre março de 2012 e setembro de 2013. Estas operações foram contratadas visando reduzir a exposição à variação da *Libor* do *Term Loan Facility*. Em função do *Term Loan Facility* ter sido contratado em taxas de *Libor* flutuantes, a Companhia optou por trocar por taxas fixas, melhorando a previsibilidade do fluxo de caixa, além de eliminar o risco de flutuação da *Libor*. Em 31/12/2011, o reflexo destes *swaps* no resultado do período foi uma perda de R\$ 68.698, que foi registrada na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido. A contraparte desta operação foi com os bancos ABN Amro Bank, HSBC e JP Morgan.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia, através da controlada GTL Equity Investments Corp., liquidou *swap* de cupom cambial versus *Libor*, junto ao Banco JP Morgan, com vencimentos entre 21/12/2010 e 21/12/2011. Essa operação foi feita, visando aproveitar a diferença entre a taxa de juros interna (cupom cambial) e a taxa de juros externa (*Libor*). Com isso a Companhia aumenta a sua exposição ao risco Brasil, porém este risco é inerente ao seu negócio. Em 31/12/2011, o reflexo destes *swaps* no resultado do período foi um ganho de R\$ 3.722, que foi registrado na conta Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido.

A controlada Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú possui *swap* de taxas de juros no qual ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em Dólar. Este contrato tem um valor nominal de US\$ 35,71 milhões (R\$ 66.985 em 31/12/2011) e data de vencimento em 03/04/2014. Esse *swap* foi contratado para minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em Dólar em taxas flutuantes, num valor superior ao do *swap*. O valor justo deste contrato em 31/12/2011 é uma perda de R\$ 3.674, cuja contrapartida foi registrada no resultado. A contraparte desta operação é com o Banco Bilbao Vizcaya – BBVA.

A controlada Gerdau Açominas S.A. possui *swaps* de Libor no valor de US\$ 350 milhões (R\$ 656.530 em 31/12/2011) e data de vencimento em 22/06/2015, nos quais os encargos financeiros pactuados no contrato de dívida com o Banco do Brasil, equivalentes à taxa Libor acrescida de um percentual de juros, são trocados por taxas de juros pré-fixadas. O valor justo deste contrato em 31/12/2011 é uma perda de R\$ 1.339, cuja contrapartida foi registrada no resultado. As contrapartes desta operação são os bancos HSBC, Citi e Morgan Stanley.

Margens de Garantia

A Companhia possui contratos de instrumentos financeiros derivativos que prevêem a possibilidade de constituição de depósito e/ou margem de garantia quando o valor da marcação a mercado destes instrumentos exceder os limites previstos em cada contrato. Em 31/12/2011, os contratos acima não exigiam nenhum depósito/margem de garantia.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

| | | | | _ | | | Valor | reconhecido | | | | Valor justo |
|---|---------------|------------------|--------------------|---------------------|----------|--------------|------------|--------------|------|-------------|---------|--------------|
| | | | | Valor de referência | N | io resultado | No Patrimô | inio Líquido | Valo | r a receber | v | alor a pagar |
| Contratos de Proteção Patrimonial | | Posição | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Contratos futuros de Dólar | | | | | | | | | | | | |
| Aços Villares S.A. | | | - | - | - | 10.755 | - | - | - | - | - | - |
| Diaco S.A | | | | US\$ 5,07 milhões | (106) | 209 | - | - | - | 206 | - | - |
| Diaco S.A | | | - | US\$ 5,04 milhões | (505) | 66 | - | - | - | 66 | - | - |
| Diaco S.A | | | US\$ 10,0 milhões | | (140) | - | - | - | 140 | - | - | - |
| Diaco S.A | | | US\$ 60,0 milhões | - | 314 | - | - | - | - | - | (314) | - |
| Cleary Holdings | | | | | - | (143) | - | - | - | - | - | - |
| Cleary Holdings | | | - | US\$ 20,0 milhões | 297 | 383 | - | - | - | 383 | - | - |
| Cleary Holdings | | | | US\$ 17,5 milhões | 73 | 128 | - | - | - | 128 | - | - |
| Cleary Holdings | | | - | | (316) | - | - | - | - | - | - | - |
| | | | | = | (383) | 11.398 | | | 140 | 783 | (314) | |
| Contratos Swap | | | | | | | | | | | | |
| Swap de taxas de juros | | | | | | | | | | | | |
| Aços Villares S.A. | ponta ativa | Libor 6M + 1.94% | _ | _ | _ | (501) | - | - | _ | _ | _ | _ |
| *************************************** | ponta passiva | 6,95% | | | | | | | | | | |
| Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú | ponta ativa | Libor 6M + 0.90% | US\$ 35.71 milhões | US\$ 50.0 milhões | 1.260 | (2.795) | - | - | _ | _ | (3.674) | (6.064) |
| | ponta passiva | 5,50% | | | | | | | | | | |
| Gerdau Ameristeel Corp. | ponta ativa | Libor 6M + 1,37% | - | US\$ 1 bilhão | (68.698) | - | - | (15.296) | _ | _ | _ | (79.340) |
| | ponta passiva | 3,48% | | | | | | | | | | |
| Gerdau Açominas S.A. | ponta ativa | Libor 6M + 2,30% | US\$ 350,0 milhões | | (1.339) | - | - | - | - | - | (1.339) | - |
| * | ponta passiva | 3,28% | | | | | | | | | | |
| GTL Equity Investments Corp. | ponta ativa | Libor 6M | | | | (193) | - | - | - | - | | - |
| | ponta passiva | 3,48% | | | | | | | | | | |
| GTL Equity Investments Corp. | ponta ativa | 4,51% a.a. | - | US\$ 100,0 milhões | 3.722 | 4.483 | - | _ | _ | 5.529 | _ | (7.072) |
| * * | ponta passiva | 3,51% a.a. | | | | | | | | | | |
| | | | | _ | (65.055) | 994 | - | (15.296) | - | 5.529 | (5.013) | (92.476) |
| | | | | - | (65.438) | 12.392 | | (15.296) | 140 | 6.312 | (5.327) | (92.476) |
| | | | | _ | | | | | | | | |

Os efeitos do valor justo foram assim classificados no Balanço Patrimonial:

| _ | 2011 | 2010 |
|---------------------------------------|----------|----------|
| Ganhos não realizados com derivativos | | |
| Ativo circulante | 140 | 783 |
| Ativo não-circulante | <u> </u> | 5.529 |
| | 140 | 6.312 |
| Perdas não realizadas com derivativos | · · | |
| Passivo circulante | (314) | - |
| Passivo não-circulante | (5.013) | (92.476) |
| | (5.327) | (92.476) |
| Efeito líquido | (5.187) | (86.164) |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

f) Obrigações por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. ("Sidenor"), uma produtora de aços espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, comprou 40% da Sidenor. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 milmais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 mil(R\$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Em 23/12/2010, o Grupo Santander e a Companhia renovaram a opção de venda da participação na Sidenor e o vencimento da opção passou a ser 10/01/2014, podendo ser exercido antecipadamente em janeiro de cada ano a partir de 2012. O valor da opção passou a ser € 208.648 mil (R\$ 464.868), atualizado por uma taxa fixa de juros. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo não-circulante na conta Obrigações por compra de ações. Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição uma participação adicional de 40% na Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2011, esta obrigação potencial totaliza R\$ 528.821 (R\$ 464.868 em 31/12/2010).

A Companhia possuía uma opção de compra de 16% de participação remanescente da PCS e os acionistas não-controladores desta empresa também detinham a opção de vender os 16% de participação remanescente para a Companhia. A opção de compra foi exercida em 2011 pelo valor de US\$ 23 milhões (R\$ 38,8 milhões) com pagamento em 01/11/11, restando uma opção de compra e venda da participação remanescente de 1% pelo preço fixo de US\$ 3 milhões, cuja opção de compra pela Companhia pode ser exercida a partir de 01/11/11, enquanto que a opção de venda detida pelos acionistas não controladores não pode ser exercida antes de 01/11/14. Em 31/12/2011, o valor reconhecido como obrigação potencial monta R\$ 4.723 (R\$ 40.341 em 31/12/2010). Como resultado desta aquisição de participação adicional, a linha de Participações dos Acionistas não-controladores foi reduzida no montante do valor patrimonial adquirido.

A Companhia possuía uma opção de compra de 7,25% da Sipar Gerdau Inversiones S.A. e os acionistas não-controladores desta empresa também detinham a opção de vender os 7,25% de participação remanescente para a Companhia. A opção foi exercida em 01/04/2011, com realização do pagamento até fevereiro/2015, de US\$ 7.590 mil (R\$ 11.941) e corresponde a compra de 7,25% de participação nesta controlada. Como resultado desta aquisição de participação adicional, a linha de Participações dos Acionistas não-controladores foi reduzida no montante do valor patrimonial adquirido.

A Companhia celebrou um contrato com o BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR"), concedendo uma opção de venda para as 34.309.522 ações ordinárias de propriedade do BNDESPAR. O valor da *put option* equivale à média diária, ponderada pelo volume diário, da cotação da ação ordinária de emissão da Gerdau S.A. na Bolsa de Valores de São Paulo nos 10 pregões anteriores à data de assinatura do contrato, corrigido *pro rata temporis* pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de um *spread* de 4% a.a.. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta Participações dos acionistas não-controladores para o passivo não-circulante, na conta Obrigações por compra de ações. Em 27/12/2011, o BNDESPAR e a Companhia renovaram esta opção de venda de ações ordinárias, que passou a ser corrigido em 110% do CDI, deduzindo os pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio, pagos durante o período, igualmente corrigidos. Adicionalmente será paga remuneração correspondente a 30% da valorização das ações GGBR3 durante o período desta opção que vence em 21/1/2015. Em 31/12/2011 o valor reconhecido como obrigação potencial totaliza R\$ 815.419 (R\$ 740.034 em 31/12/2010).

g) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

Baseado na Interpretação nº 16 do IFRIC (ICPC 6), emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS 39 (CPC 38), a Companhia optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de *Ten Years Bonds*, detidos pela controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US\$ 1,5 bilhão e pela controlada Gerdau Trade Inc., no valor de US\$ 1,25 bilhão, além de operações de financiamentos detidos pela controlada Gerdau Açominas S.A., no valor de US\$ 701,1 milhões, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Companhia demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 788.007 no Consolidado (ganho de R\$ 130.750 em 31/12/2010) e perda não realizada no montante de R\$ 286.524 na Controladora (ganho de R\$ 60.563 em 31/12/2010).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

h) Mensuração do valor justo:

A IAS 32 (CPC 39) define o valor justo como o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. A IFRS 7 (CPC 40) estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2011, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2011, são os seguintes:

| | | | | | | | Mensuração a | o valor justo |
|---|---------|---------|---------------------------------------|------|---|--------|---------------|----------------------------|
| | | | Preços cotados er ativos para ativ | | Preços cotados em n ativos para ativ | | Registros não | o observáveis (Nível 3) |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo circulante Aplicações financeiras | | | | | | | | |
| Títulos para negociação | 2.878 | 13.158 | 2.878 | 199 | - | 12.959 | - | - |
| | 2.878 | 13.158 | 2.878 | 199 | = | 12.959 | | = |
| Passivo não-circulante | | | | | | | | |
| Obrigações por compra de ações | | | | | | | | |
| BNDES | 815.419 | 740.034 | - | | | | 815.419 | 740.034 |
| | 815.419 | 740.034 | - | = | - | - | 815.419 | 740.034 |
| | 818.297 | 753.192 | 2.878 | 199 | _ | 12.959 | 815.419 | 740.034 |

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | | | | | | Mensuração | ao valor justo |
|--------------------------------|-----------|-----------|----------------------------------|---------|---------------------------------------|---------|-------------|-----------------------------|
| | | | Preços cotados ativos para at | | Preços cotados em a ativos para at | | Registros n | ŭo observáveis (Nível 3) |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo circulante | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | |
| Títulos para negociação | 3.095.359 | 1.110.804 | 2.825.908 | 729.804 | 269.451 | 381.000 | - | - |
| Disponíveis para venda | 6.290 | 9.559 | 6.290 | 9.559 | - | - | - | - |
| Contratos de swaps e outros | 140 | 783 | - | - | 140 | 783 | - | - |
| Ativo não-circulante | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | | | | | | | | |
| Disponíveis para venda | = | 26.797 | - | - | - | - | = | 26.797 |
| Contratos de swaps e outros | - | 5.529 | - | - | | 5.529 | - | - |
| | 3.101.789 | 1.153.472 | 2.832.198 | 739.363 | 269.591 | 387.312 | | 26.797 |
| Passivo circulante | | | | | | | | |
| Contratos de swaps e outros | 314 | - | - | - | 314 | - | - | - |
| Passivo não-circulante | | | | | | | | |
| Contratos de swaps e outros | 5.013 | 92.476 | - | - | 5.013 | 92.476 | = | - |
| Obrigações por compra de ações | | | | | | | | |
| Sidenor | 528.821 | 464.868 | - | - | - | - | 528.821 | 464.868 |
| BNDES | 815.419 | 740.034 | - | - | - | - | 815.419 | 740.034 |
| PCS | 4.723 | 40.341 | - | - | - | - | 4.723 | 40.341 |
| Sipar | = | 11.497 | <u> </u> | - | | - | - | 11.497 |
| | 1.354.290 | 1.349.216 | | - | 5.327 | 92.476 | 1.348.963 | 1.256.740 |
| | 4.456.079 | 2.502.688 | 2.832.198 | 739.363 | 274.918 | 479.788 | 1.348.963 | 1.283.537 |

Movimento dos registros não observáveis (Nível 3):

| | Controladora |
|--|--------------|
| | Passivo |
| Saldo em 31/12/2010 | 740.034 |
| (+) Juros e outras obrigações contratuais | 75.385 |
| Saldo em 31/12/2011 | 815.419 |
| | Controladora |
| | Passivo |
| Saldo em 31/12/2009 | 671.869 |
| (+) Juros e outras obrigações contratuais | 68.165 |
| Saldo em 31/12/2010 | 740.034 |
| | Consolidado |
| | Ativo |
| Saldo em 31/12/2010 | 26.797 |
| (+) Juros e outras obrigações contratuais | 28.463 |
| (+) Ganhos e perdas na conversão | 3.372 |
| (-) Venda de investimentos | (58.632) |
| Saldo em 31/12/2011 | - |
| | Passivo |
| Saldo em 31/12/2010 | 1.256.740 |
| (+) Juros e outras obrigações contratuais | 84.559 |
| (+) Ganhos e perdas na conversão | 62.304 |
| (-) Baixas de obrigações por compra de ações | (54.640) |
| Saldo em 31/12/2011 | 1.348.963 |
| | 1.348.963 |
| | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | Consolidado |
|---|-------------|
| | Ativo |
| Saldo em 31/12/2009 | 49.690 |
| (-) Juros e outras obrigações contratuais | (9.896) |
| (-) Ganhos e perdas na conversão | (2.140) |
| (-) Venda de investimentos | (10.857) |
| Saldo em 31/12/2010 | 26.797 |
| | Passivo |
| Saldo em 31/12/2009 | 1.189.965 |
| (-) Juros e outras obrigações contratuais | 122.187 |
| (-) Ganhos e perdas na conversão | (55.412) |
| Saldo em 31/12/2010 | 1.256.740 |
| | 1.283.537 |

NOTA 16 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|-------|--------------|---------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | - | - | 92.379 | 58.744 |
| Encargos sociais sobre folha de pagamento | 31 | 29 | 164.735 | 130.514 |
| ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços | - | - | 66.625 | 79.831 |
| COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | 41 | 1 | 6.557 | 14.476 |
| IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados | - | - | 1.409 | 4.010 |
| PIS - Programa de Integração Social | 9 | - | 1.079 | 2.858 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte | 60 | 27 | 59.980 | 36.196 |
| Impostos parcelados | - | - | 86.478 | 107.447 |
| Imposto sobre valor agregado e outros | 1.255 | | 115.290 | 92.656 |
| | 1.396 | 57 | 594.532 | 526.732 |

NOTA 17 – PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada em suas análises, e com a opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas em 31/12/2011.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

| | | | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|------|--------------|---------|-------------|--|
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| a) Provisões tributárias | | | • | | | |
| ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços | (a.1) | - | - | 19.960 | 48.946 | |
| CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido | (a.2) | - | - | 70.276 | 64.179 | |
| IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica | (a.3) | - | - | 1.427 | 699 | |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social | (a.4) | - | - | 20.672 | 20.531 | |
| ECE - Encargo de Capacidade Emergencial | (a.5) | - | - | 36.733 | 33.832 | |
| RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária | (a.5) | - | - | 23.963 | 22.026 | |
| II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/Produtos Industrializados (drawback) | (a.6) | - | - | 989 | 1.070 | |
| PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social | (a.7) | - | - | 485.412 | 268.383 | |
| Outras provisões tributárias | (a.8) | 285 | 301 | 13.505 | 13.514 | |
| | | 285 | 301 | 672.937 | 473.180 | |
| b) Provisões trabalhistas | (b) | - | - | 218.632 | 160.727 | |
| c) Provisões cíveis | (c) | - | - | 17.547 | 12.628 | |
| | | 285 | 301 | 909.116 | 646.535 | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

a) Provisões tributárias

- **a.1**) Discussões relativas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.
- **a.2**) Contribuição Social sobre o Lucro. Os valores provisionados referem-se, substancialmente, a discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.
- a.3) Discussões relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ, em discussão na esfera administrativa.
- **a.4)** Discussões relativas a contribuições previdenciárias.
- **a.5**) Encargo de Capacidade Emergencial ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica de suas unidades industriais. O STF declarou a constitucionalidade do ECE, razão pela qual a contingência será baixada na medida em que os processos sejam encerrados, com a conseqüente conversão em renda dos depósitos. Relativamente à RTE, entende a Companhia que o encargo tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. O valor do encargo discutido é objeto de depósito judicial integral.
- a.6) Provisão relativa a discussões quanto ao direito de crédito do imposto.
- **a.7**) Provisão relativa a compensações de créditos de PIS, discussões quanto à incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação aos dois últimos temas, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos.
- **a.8**) A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2011, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

| | | Controladora | | Consolidado |
|---|------|--------------|----------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Saldo no início do exercício | 301 | 369 | 646.535 | 447.959 |
| (+) Valores provisionados contra o resultado | 57 | 10 | 359.330 | 382.957 |
| (-) Reversão de valores contra o resultado | (73) | (78) | (98.067) | (183.493) |
| (+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira | | | 1.318 | (888) |
| Saldo no final do exercício | 285 | 301 | 909.116 | 646.535 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

- **a.1**) A controlada Gerdau S.A. é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz o total de R\$ 59.636. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tal processo por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.
- **a.2**) As controladas, Gerdau S.A e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em discussões nas quais lhes são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R\$ 80.218. As Companhias não constituíram provisão de contingência por considerarem indevido o tributo, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados.
- **a.3**) As controladas da Companhia, Gerdau S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., possuem outras discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 83.589. Não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.
- **a.4)** As controladas da Companhia, Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. e Gerdau Aços Especiais S.A., discutem, administrativamente, autuações relativas a IRPJ e CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.234.678, referentes a lucros gerados no exterior nos anos de 2005 a 2007. Não foi constituída provisão, uma vez que a probabilidade de perda é classificada como possível pela administração, com base na opinião de seus consultores legais.
- **a.5**) As controladas da Companhia, Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. e Gerdau Açominas S.A., discutem, administrativamente, a glosa da dedutiblidade do ágio relativo à reorganização societária realizada em 2005, gerado nos termos do artigo 7° e 8° da Lei 9532/97, da base de cálculo do IRPJ e CSLL, dos anos de 2005 a 2010. O valor total atualizado das discussões importa em R\$ 2.664.440. Não foi constituída provisão, uma vez que sua probabilidade de perda é classificada como possível pela administração, com base na opinião de seus consultores legais.
- **a.6**) A Companhia e suas controladas, Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa hoje em R\$ 140.840. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R\$ 245.070).

Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Ação movida por Sul América Seguradora contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro, tendo por objeto consignação judicial de R\$ 34.383, para quitação de indenização de sinistro. Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da Companhia em receber e quitar. Nas contestações foram refutadas as dúvidas e demonstrada a insuficiência do valor consignado. Este foi levantado em dezembro de 2004 e a ação prossegue para se apurar o valor efetivamente devido.

A expectativa da Companhia, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. A Gerdau Açominas S.A. ajuizara, anteriormente à ação acima, ação de cobrança da quantia reconhecida como devida pela seguradora, tendo, também, expectativa de êxito.

As ações decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Em 2002 pleiteou-se uma indenização aproximada de R\$ 110 milhões, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados. Está-se atualmente com as perícias de engenharia e contábil em andamento.

A Administração acredita que não seja provável a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências venham a afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

Controlodoro

Consolidado

| | | Controladora | | Consondado |
|--------------|------|--------------|---------|------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Tributários | 143 | 141 | 666.824 | 458.612 |
| Trabalhistas | 94 | 94 | 37.924 | 31.725 |
| Cíveis | 1 | 1 | 9.215 | 3.414 |
| | 238 | 236 | 713.963 | 493.751 |
| | | | | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 18 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

| | (| Controladora | | Consolidado |
|--|---------------|--------------|--------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Mútuos ativos | | | | |
| Empresas associadas | | | | |
| Armacero Ind. Com. Ltda. | - | - | 63 | 154 |
| Outros | | | | |
| Fundação Gerdau | - | - | 76.573 | 22.191 |
| Gerdau Corsa SAPI de C.V. | - | - | 5.209 | 11.542 |
| Outros | - | - | 243 | 94 |
| | | | 82.088 | 33.981 |
| Mútuos passivos | | | | |
| Empresas controladas | | | | |
| Gerdau Aços Longos S.A. | (29.901) | (37) | - | _ |
| Gerdau BG Participações S.A. | (908.681) | - | - | _ |
| Gerdau Açominas S.A. | · · · · · · - | (5) | - | - |
| Outros | | | | |
| Outros | _ | - | | _ |
| | (938.582) | (42) | | - |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| (D) Dit f 1/i1 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| (Despesas) Receitas financeiras líquidas | (68.940) | (24) | 4.260 | 114 |

b) Operações comerciais

No período de 12 meses findos em 31/12/2011 e 2010, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas associadas e com controle compartilhado decorrentes de vendas no montante de R\$ 389.569 em 31/12/2011 (R\$ 125.871 em 31/12/2010) e de compras no montante de R\$ 155.320 em 31/12/2011 (R\$ 0 em 31/12/2010). O saldo líquido de contas a receber monta R\$ 49.054 em 31/12/2011 (R\$ 2.530 em 31/12/2010).

c) Operações financeiras

| | | Controladora Títulos para negociação | | Controladora | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------|--------------------------------------|-------|--------------|-------------|----------|
| | Títulos | | | Receitas | | Despesas |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Controladores | | | | | | |
| Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (*) | | | _ | 4.331 | (21.324) | (20.386) |
| Outros | | _ | | | | |
| Debêntures Gerdau S.A. | | 12.959 | 1.341 | 1.790 | | |

^(*) Garantias por avais de financiamentos.

d) Avais concedidos

A Companhia é garantidora da controladora Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. em contratos no valor de R\$ 1.166.364 em 31/12/2011.

A Companhia é garantidora da controlada Gerdau BG Participações S.A. em contrato de cessão de créditos no montante de até R\$ 130.000, sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de R\$ 33.719.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia é garantidora das controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. em contrato de crédito rotativo junto ao BNDES no valor de até R\$ 1.500.025, sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de R\$ 211.164.

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total atual de R\$ 23.991 em 31/12/2011, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária.

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R\$ 1.458.268 em 31/12/2011.

A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no limite aprovado de até US\$ 150 milhões (R\$ 281.370 em 31/12/2011), sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de US\$ 8 mil (R\$ 15). A Companhia também é garantidora da mesma controlada em contrato de abertura de linha de crédito de US\$ 70 milhões (R\$ 131.306 em 31/12/2011).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US\$ 1,5 bilhão (R\$ 2.813.700 em 31/12/2011).

A Companhia presta garantia referente a obrigações a serem assumidas pela empresa Diaco S.A., em financiamento junto ao banco BBVA Colômbia, no valor de COP\$ 61,5 bilhões, equivalentes a US\$ 35 milhões (R\$ 65.653 em 31/12/2011).

A Companhia presta garantia para sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A., em contrato de compra e venda de energia elétrica no valor atual de R\$ 8.354 em 31/12/2011.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a empresa Gerdau Holding Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US\$ 25 milhões (R\$ 46.895 em 31/12/2011). A Companhia também é garantidora da mesma associada em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais no limite de até US\$ 34,9 milhões (R\$ 65.465 em 31/12/2011), sendo que, em 31/12/2011, o valor utilizado era de US\$ 32,9 milhões (R\$ 61.672).

A Companhia presta garantia referente linha de capital de giro para associada Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o banco BBVA, no valor de até US\$ 44,5 milhões (R\$ 83.473 em 31/12/2011).

A Companhia e as controladas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a controlada Gerdau Trade Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*), no valor de US\$ 1,25 bilhão (R\$ 2.344.750 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contrato de financiamento junto ao Banco Santander (Brasil), no montante de US\$ 40,5 milhões (R\$ 75.970 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A., co-tomadora de linha de crédito global, para melhoria da estrutura da dívida e financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 80 milhões (R\$ 150.064 em 31/12/2011)

A Companhia é avalista da associada Industrias Nacionales C. por A., co-tomadora de linha de crédito global, para melhoria da estrutura da dívida e financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 60,9 milhões (R\$ 114.154 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Diaco S.A., co-tomadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, nos valores de US\$ 10 milhões (R\$ 18.758 em 31/12/2011), US\$ 35 milhões (R\$ 65.653 em 31/12/2011) e US\$ 60 milhões (R\$ 112.548 em 31/12/2011).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia é avalista da controlada Aceros Corsa S.A. de C.V., co-tomadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 73 milhões (R\$ 136.970 em 31/12/2011).

A Companhia é avalista da controlada Siderúrgica Tultitlán S.A. de C.V., co-tomadora de linha de crédito global, para financiamento de capital de giro, no valor de US\$ 10,9 milhões (R\$ 20.434 em 30/09/2011).

e) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2011 foi de 11,6% (9,75% em 31/12/2010). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

f) Remuneração da Administração

A Controladora pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R\$ 2.423 (R\$ 3.014 em 31/12/2010), em termos consolidados foi pago um total de R\$ 53.223 em 31/12/2011 (R\$ 45.569 em 31/12/2010). Em 31/12/2011, as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 – Plano de benefício definido e R\$ 1.190 – Plano de contribuição definida (R\$ 415 e R\$ 379 em 31/12/2010, respectivamente).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição:

| | | | | | | | | | | Número de |
|--|---------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------------|
| | | | | | | | | | _ | ações acumulado |
| Início do período de carência | 2004 | 2005 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | |
| Exerce a partir de | jan/09 | jan 10 | jan/08 | jan/11 | jan/12 | jan/13 | jan/14 | jan/15 | jan/16 | |
| Exerce até | dez/13 | dez/14 | dez/14 | dez/15 | dez/16 | dez/17 | dez/18 | dez/19 | dez/20 | |
| Preço de exercício por ação (R\$) | 6,78 | 10,58 | 10,58 | 12,86 | 17,50 | 26,19 | 14,91 | 29,12 | 22,61 | |
| Totais (para conselheiros e diretores) | 671.283 | 579.349 | 277.439 | 1.144.789 | 872.571 | 674.563 | 1.249.153 | 680.965 | 266.940 | 6.417.052 |
| Opções Exercidas | 54.301 | 40.598 | 39.800 | 18.237 | - | - | - | - | - | 152.936 |
| Opções Anuladas | - | _ | - | 14.253 | 11.143 | 7.743 | 13.602 | 7.411 | 6.369 | 60.521 |

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 8.325 em 31/12/2011 (R\$ 7.230 em 31/12/2010).

NOTA 19 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2011:

| | Cont | Consolidado | | |
|--|------|-------------|-----------|---------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida | | - | 533.740 | 437.205 |
| Total do ativo | | | 533.740 | 437.205 |
| | | | | |
| Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido | - | - | 473.450 | 382.857 |
| Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego | - | - | 343.552 | 272.302 |
| Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento | | <u>-</u> | 272.782 | 179.312 |
| Total do passivo | | | 1.089.784 | 834.471 |
| | | | | |

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia co-patrocina plano de pensão de benefício definido, que cobre, substancialmente, todos os seus colaboradores no Brasil ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), conjuntamente, planos brasileiros, os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporcionam complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e de suas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

subsidiárias no Brasil. Os ativos dos Planos consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários. O Plano Açominas é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade e dos seus empregados e o Plano Gerdau é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade

Em 14/10/2010 a Companhia, através da Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, aprovou na Previc (orgão regulador da previdencia complementar no Brasil) o saldamento dos planos de pensão de beneficio definido ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O novo plano de contribuição definida foi desenvolvido após análise dos melhores planos de previdência no Brasil, do perfil e das necessidades mais freqüentes dos colaboradores, com objetivo de oferecer um plano alinhado às melhores práticas do mercado.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") conjuntamente, Planos norte-americanos, cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias e Gerdau MacSteel. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norte-americanos:

| | Aumento de 1 % | Redução de 1% |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| Taxa de desconto | (3.114) | 3.999 |
| Taxa de retorno esperada dos ativos | (13.196) | 13.189 |

O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é (997.736) (R\$ (763.861) em 31/12/2010) para o consolidado.

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

| | Con | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|-------|--------------|-----------|-------------|--|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Custo do serviço corrente | - | - | - | 35.588 | |
| Custo dos juros | 94 | 554 | 46.992 | 133.689 | |
| Retorno esperado dos ativos do plano | (229) | (1.368) | (106.163) | (253.345) | |
| Reduções | - | - | - | (252.561) | |
| Liquidações | | 909 | _ | 311.525 | |
| Benefício líquido complano de pensão | (135) | 95 | (59.171) | (25.104) | |
| | | | | | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|---------------|-----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Total das obrigações | (27) | (258) | (313.834) | (100.793) |
| Valor justo dos ativos do plano | 38 | 575 | 690.066 | 868.931 |
| Saldo ativo | 11 | 317 | 376.232 | 768.138 |
| Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação | (11) | (317) | (376.232) | (768.138) |
| Ativo líquido | <u> </u> | - | - | - |
| Ativo reconhecido | - | - | - | - |
| • | | <u> </u> | <u>-</u> - | - |

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

| | Cor | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|--------------|----------|-------------|--|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| Variação na obrigação de benefício | | | | | |
| Obrigação de benefício no início do exercício | 258 | 5.323 | 100.793 | 1.273.334 | |
| Custo do serviço | - | - | - | 35.588 | |
| Custo de juros | 94 | 554 | 46.992 | 133.689 | |
| Perda (Ganho) atuarial | 23 | 402 | 259.489 | (67.307) | |
| Pagamento de benefícios | (2) | (430) | (20.304) | (45.405) | |
| Reduções | - | - | - | (252.561) | |
| Liquidações | (346) | (5.591) | (73.136) | (976.545) | |
| Obrigação de benefício no final do exercício | 27 | 258 | 313.834 | 100.793 | |
| | | | | | |

| | <u>Controladora</u> | | Consolidado | |
|--|---------------------|---------|-------------|-------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Variação nos ativos do plano | | | | |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 575 | 12.498 | 868.931 | 2.321.842 |
| Retorno dos ativos do plano | 229 | 1.368 | 106.163 | 253.345 |
| Contribuições dos participantes | - | - | - | 207 |
| Perdas atuariais sobre os ativos do plano | 615 | (2.725) | (102.728) | (26.356) |
| Pagamentos de benefícios | (2) | (430) | (20.304) | (45.405) |
| Liquidações | (285) | (6.500) | (49.347) | (1.194.151) |
| Transferência para o plano de contribuição definida | (1.094) | (3.636) | (112.649) | (440.551) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | 38 | 575 | 690.066 | 868.931 |

O valor justo dos ativos do plano incluem ações da Companhia no montante de R\$ 12.647 (R\$ 64.888 em 31/12/2010) e ações da sua controlada Gerdau S.A. no montante de R\$ 405 (R\$ 28.884 em 31/12/2010).

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes são os seguintes:

| | Controladora_ | | Consolidado | |
|---|---------------|---------|-------------|----------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| (Ganho) perda atuarial nos ativos do plano | (615) | 2.725 | 102.728 | 26.356 |
| (Ganho) perda atuarial na obrigação | 23 | 402 | 259.489 | (67.307) |
| Perda (ganho) atuarial nas contribuições dos empregados | - | - | - | (207) |
| Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes | (306) | (2.545) | (391.906) | 196.152 |
| (Ganho) perda atuarial reconhecido nos resultados abrangentes | (898) | 582 | (29.689) | 154.994 |
| (Ganho) perda atuarial reconhecido nos resultados abrangentes do controlador | (898) | 582 | - | - |
| (Ganho) perda atuarial reconhecido nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas | (66.367) | 79.817 | - | - |
| Total reconhecido nos resultados abrangentes | (67.265) | 80.399 | (29.689) | 154.994 |

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

| | | | | (| Controladora |
|--|-----------|-----------|-------------|-------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (27) | (258) | (5.323) | (5.107) | (5.788) |
| Valor justo dos ativos do plano | 38 | 575 | 12.498 | 9.714 | 11.840 |
| Superávit | 11 | 317 | 7.175 | 4.607 | 6.052 |
| Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho) | 23 | 402 | (2.032) | 3.077 | 811 |
| Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho) | (615) | 2.725 | 91 | (1.022) | 917 |
| | | | | | |
| | | | | | Consolidado |
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (313.834) | (100.793) | (1.274.084) | (1.166.920) | (1.027.239) |
| Valor justo dos ativos do plano | 690.066 | 868.931 | 2.323.230 | 1.860.499 | 1.727.744 |
| Superávit | 376.232 | 768.138 | 1.049.146 | 693.579 | 700.505 |
| Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho) | 259.489 | (67.307) | (20.539) | 24.530 | 16.053 |
| Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho) | 102.331 | 26.356 | (154.014) | (70.500) | 110.642 |

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que ocorrem e são registrados diretamente nos Resultados Abrangentes.

2011

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

| | | 2011 |
|----------------------------|--------------|----------------|
| | Plano Gerdau | Plano Açominas |
| Renda Fixa | 100% | 97,7% |
| Investimentos Estruturados | - | 0,6% |
| Financiamentos | <u>-</u> | 1,7% |
| Total | 100% | 100% |
| | | 2010 |
| | Plano Gerdau | Plano Açominas |
| Renda Fixa | 72,4% | 83,7% |
| Renda Variável | 27,4% | 13,8% |
| Investimentos Estruturados | 0,2% | 0,2% |
| Imóveis | - | 0,3% |
| Financiamentos | | 2,0% |
| Total | 100% | 100% |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A estratégia de investimento do Plano Gerdau e Plano Açominas é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

Planos norte-americanos

Valor justo dos ativos do plano no final do exercício

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|--|-------------|-------------|
| Custo do serviço corrente | 52.022 | 41.879 |
| Custo dos juros | 98.565 | 83.278 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | (112.130) | (81.369) |
| Custo do serviço passado | 1.916 | 13.455 |
| Ganhos sobre redução ("Curtailment") | 214 | |
| Custo líquido complano de pensão | 40.587 | 57.243 |
| A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir: | | |
| | 2011 | 2010 |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (2.093.983) | (1.627.430) |
| Valor justo dos ativos do plano | 1.494.350 | 1.253.595 |
| Ajuste IFRIC 14 | (2.144) | (9.022) |
| Passivo total líquido | (601.777) | (382.857) |
| Ativo reconhecido | | |
| Passivo reconhecido | (601.777) | (382.857) |
| A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a se | guinte: | |
| | 2011 | 2010 |
| Variação na obrigação de benefício | | |
| Obrigação de benefício no início do exercício | 1.627.430 | 1.472.773 |
| Custo do serviço | 52.022 | 41.879 |
| Custo de juros | 98.565 | 83.278 |
| Pagamento de benefícios | (82.828) | (55.155) |
| Redução das perdas | 214 | - |
| Perda (ganho) atuarial na obrigação | 127.161 | 123.378 |
| Variação cambial | 271.419 | (38.723) |
| Obrigação de benefício no final do exercício | 2.093.983 | 1.627.430 |
| | | |
| | 2011 | 2010 |
| Variação nos ativos do plano | | |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício | 1.253.595 | 1.043.737 |
| Retorno esperado dos ativos do plano | 112.130 | 81.369 |
| Contribuições dos patrocinadores | 127.526 | 137.272 |
| Pagamentos de benefícios | (83.651) | (54.944) |
| Ganho (perda) atuarial nos ativos | (106.073) | 47.237 |
| Variação cambial | 190.823 | (1.076) |
| | 170.025 | (2.07.0) |

1.494.350

1.253.595

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (2.093.983) | (1.627.430) | (1.472.773) | (1.625.859) | (1.174.212) |
| Valor justo dos ativos do plano | 1.494.350 | 1.253.595 | 1.043.737 | 1.023.045 | 942.416 |
| Ajuste IFRIC 14 | (2.144) | (9.022) | | | |
| Déficit | (601.777) | (382.857) | (429.036) | (602.814) | (231.796) |
| Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho) | 127.161 | 123.378 | 195.775 | (40.482) | (64.799) |
| Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho) | 106.073 | (47.237) | (74.924) | 392.123 | (46.971) |

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na Demonstração dos resultados abrangentes são os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|---|---------|----------|
| Perda (ganho) atuarial dos ativos do plano | 106.073 | (47.237) |
| Perda (ganho) atuarial na obrigação | 127.161 | 123.378 |
| Perda atuarial reconhecida nos Resultados Abrangentes | 233.234 | 76.141 |

A Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação varia entre 60% em ações e 40% em títulos da dívida. A política também expressa que irá realocar os ativos do plano quando uma classe de ativos atingir a alocação mínima ou máxima, e que o balanço será feito durante um razoável período de tempo.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

| | 2011 | 2010 |
|-------------------|--------|--------|
| Ações | 52,1% | 62,3% |
| Títulos da Dívida | 40,5% | 35,6% |
| Imóveis | 0,1% | 0,2% |
| Outros | 7,3% | 1,9% |
| | 100,0% | 100,0% |

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2011 e 2010, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

| | | | 2011 |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| | • | | Planos |
| | Plano Gerdau | Plano Açominas | Americanos |
| Taxa média de desconto | 10,25% | 10,25% | 4,75% |
| Taxa de aumento da remuneração | Não aplicável | Não aplicável | 3,25% - 4,25% |
| Taxa de retorno esperado dos ativos | 12,14% | 12,10% | 7,00% - 8,00% |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 por sexo | AT-2000 por sexo | RP-2000CH |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-2000, por sexo | AT-2000, por sexo | Taxas por idade |
| Taxa de rotatividade | Baseada no serviço e | Nula | Baseada na idade |
| | no nível salarial | | e/ou no serviço |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | | 2010 |
|-------------------------------------|----------------------|-------------------|------------------|
| | | | Planos |
| | Plano Gerdau | Plano Açominas | Americanos |
| Taxa média de desconto | 10,25% | 10,25% | 5,25% |
| Taxa de aumento da remuneração | 8,68% | 7,11% | 3,25% - 4,25% |
| Taxa de retorno esperado dos ativos | 12,08% | 11,27% | 7,00% - 8,50% |
| Tábua de mortalidade | AT-2000 por sexo | AT-2000 por sexo | RP-2000CH |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-2000, por sexo | AT-2000, por sexo | Taxas por idade |
| Taxa de rotatividade | Baseada no serviço e | Nula | Baseada na idade |
| | no nível salarial | | e/ou no servico |

A taxa de retorno esperada dos ativos é utilizada para determinar o aumento dos ativos dos planos de benefícios relativos aos investimentos esperados no ano seguinte. A taxa real de retorno dos investimentos é selecionada levando-se em consideração a alocação das classes de ativos garantidores dos benefícios e as expectativas de rentabilidade de cada uma dessas categorias de investimento. Essa taxa é revista anualmente e são incorporadas eventuais mudanças nos cenários econômicos de médio e longo prazo.

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 1.093 em 2011 (R\$ 379 em 2010) para a controladora e R\$ 41.883 em 2011 (R\$ 12.048 em 2010) no consolidado. Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da eligibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras, mais a parcela de superávit oriunda do saldamento do plano de benefício definido conforme descrito na letra "a".

A subsidiária Gerdau Ameristeel Corporation também possui um plano nesta modalidade, cujo custo foi de R\$ 33.837 em 2011 (R\$ 31.155 em 2010).

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente. Estes planos não tem fundo constituído.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|----------------------------------|--------|--------|
| Custo do serviço corrente | 3.574 | 2.906 |
| Custo dos juros | 15.542 | 13.917 |
| Custo líquido com plano de saúde | 19.116 | 16.823 |

A tabela a seguir mostra o status do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

| | 2011 | 2010 |
|---|-----------|-----------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (343.713) | (272.302) |
| Passivo total líquido | (343.713) | (272.302) |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

| | 2011 | 2010 |
|---|----------|----------|
| Variação na obrigação de benefício | | |
| Obrigação de benefício no início do exercício | 272.302 | 243.156 |
| Custo do serviço | 3.574 | 2.906 |
| Custo de juros | 15.542 | 13.917 |
| Contribuições dos participantes | 2.767 | 2.601 |
| Pagamento de benefícios | (16.627) | (13.210) |
| Subsídio Médico | 1.953 | 332 |
| Perda (ganho) atuarial na obrigação | 30.330 | 29.170 |
| Variação cambial | 33.872 | (6.570) |
| Obrigação de benefício no final do exercício | 343.713 | 272.302 |
| | 2011 | 2010 |
| Variação nos ativos do plano | | |
| Contribuições dos patrocinadores | 11.384 | 13.210 |
| Contribuições dos participantes | 2.767 | - |
| Subsídio Médico | 1.953 | - |
| Pagamentos de benefícios | (16.104) | (13.210) |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício | | |
| | | |

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

| | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (343.713) | (272.302) | (243.156) | (281.290) | (218.046) |
| Déficit | (343.713) | (272.302) | (243.156) | (281.290) | (218.046) |
| Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho) | 30.330 | 29.170 | 30.089 | (16.796) | 2.007 |

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

| | 2011 | 2010 |
|---|--------|--------|
| Perda atuarial na obrigação | 30.330 | 29.170 |
| Perda atuarial reconhecida nos Resultados Abrangentes | 30.330 | 29.170 |

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

| | 2011 | 2010 |
|---|---------------|---------------|
| Taxa média de desconto | 4,75% | 5,25% |
| Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano | 8,00% | 8,00% |
| Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de | 5,00% - 5,50% | 5,00% - 5,50% |
| 2016 a 2019 | | |

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

| | Aumento de 1 %_ | Redução de 1%_ |
|---|-----------------|----------------|
| Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros | 2.626 | (2.142) |
| Efeito sobre as obrigações do plano de benefício | 47.244 | (38.934) |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento e outros benefícios é de R\$ 272.782 em 31/12/2011 (R\$ 179.312 em 31/12/2010).

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporación Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

NOTA 20 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R\$ 68.419 em 31/12/2011 (R\$ 72.093 em 31/12/2010) (R\$ 31.798 e R\$ 29.191 no passivo circulante em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente, e R\$ 36.621 e R\$ 42.902 no passivo não-circulante em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente), sendo R\$ 20.121 para as subsidiárias brasileiras (R\$ 20.974 em 31/12/2010) e R\$ 48.298 para as subsidiárias no exterior (R\$ 51.119 em 31/12/2010). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

| | | 2011 | | 2010 |
|------------------------------|-------------|---------------|-------------|---------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Ordinárias | Preferenciais |
| Saldo no início do exercício | 137.618.994 | 268.804.344 | 137.618.994 | 268.804.344 |
| Saldo no fim do exercício | 137.618.994 | 268.804.344 | 137.618.994 | 268.804.344 |

Em 31/12/2011 e 31/12/2010 estão subscritas e integralizadas 137.618.994 ações ordinárias e 275.062.544 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R\$ 6.881.998 (líquido dos custos de aumento de capital). A composição acionária está assim representada:

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | | | | | 2011 | | | | | Composição | 2010 |
|---|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
| Acionistas | Ord. | % | Pref. | % | Total | % | Ord. | % | Pref. | % | Total | % |
| Indac - Ind. Adm. e Com. S.A. e coligadas | 89.842.316 | 65,3 | 15.924 | 0,1 | 89.858.240 | 21,8 | 89.842.316 | 65,3 | 15.924 | 0,0 | 89.858.240 | 21,8 |
| Investidores institucionais brasileiros | 33.400.143 | 24,3 | 98.039.020 | 35,6 | 131.439.163 | 31,9 | 18.023.920 | 13,1 | 98.370.253 | 35,8 | 116.394.173 | 28,2 |
| Investidores institucionais estrangeiros | 2.124.722 | 1,5 | 119.509.679 | 43,5 | 121.634.401 | 29,5 | 952.781 | 0,7 | 89.837.180 | 32,7 | 90.789.961 | 22,0 |
| Outros acionistas | 12.251.813 | 8,9 | 51.239.721 | 18,6 | 63.491.534 | 15,4 | 28.799.977 | 20,9 | 80.580.987 | 29,3 | 109.380.964 | 26,5 |
| Ações em tesouraria | | 0,0 | 6.258.200 | 2,2 | 6.258.200 | 1,5 | | 0,0 | 6.258.200 | 2,2 | 6.258.200 | 1,5 |
| | 137.618.994 | 100,0 | 275.062.544 | 100,0 | 412.681.538 | 100,0 | 137.618.994 | 100,0 | 275.062.544 | 100,0 | 412.681.538 | 100,0 |

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

| | 2011 | | 2010 |
|---------------|--------|---------------|--------|
| Ações | | Ações | |
| Preferenciais | R\$ | Preferenciais | R\$ |
| 6.258.200 | 69.861 | 6.258.200 | 69.861 |

Em 31/12/2011 e 31/12/2010, a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia. O custo médio de aquisição das ações em tesouraria é de R\$ 11,16.

c) Outras reservas - é composto pela despesa com plano de opções de ações reconhecida e pelas opções de ações exercidas, plano de benefício a empregados, efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas e ágio na emissão de ações.

d) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e Capital de Giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. Também considera reclassificações de saldos entre o patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores e o atribuído a participação dos acionistas não-controladores, como conseqüência de complemento decorrente de aquisição de participação adicional em empresas já controladas pela Companhia.
- **e) Ajustes de avaliação patrimonial -** são compostas pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizados em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizados em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda.
- **f) Dividendos e juros sobre o capital próprio -** os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R\$ 20.728.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 223.533 conforme está demonstrado a seguir:

| | | | | | | 2011 | 2010 |
|-----------------|-------------------|---------------|------------------|------------|------------|----------|----------|
| Lucro líquido d | lo exercício | | | | • | 760.522 | 895.684 |
| Constituição d | a reserva legal | | | | | (38.026) | (44.784) |
| Constituição d | a reserva de inc | entivos fisca | ais | | | (17.112) | (53.676) |
| Lucro líquido a | ijustado | | | | • | 705.384 | 797.224 |
| | | | Ações em | | | | |
| Período | Natureza | R\$/ação | circulação (mil) | Crédito | Pagamento | 2011 | 2010 |
| 1° trimestre | Juros | | | | | - | 65.028 |
| 1° trimestre | Dividendos | 0,10 | 406.423 | 19/05/2011 | 27/05/2011 | 40.642 | - |
| 2° trimestre | Dividendos | | | | | - | 89.413 |
| 2° trimestre | Juros | 0,15 | 406.423 | 15/08/2011 | 25/08/2011 | 60.964 | - |
| 3° trimestre | Juros | | | | | - | 73.156 |
| 3° trimestre | Dividendos | 0,19 | 406.423 | 21/11/2011 | 30/11/2011 | 77.220 | - |
| 4° trimestre | Dividendos | 0,11 | 406.423 | 27/02/2012 | 08/03/2012 | 44.707 | 36.578 |
| Juros sobre cap | oital próprio e d | lividendos | | | • | 223.533 | 264.175 |
| Crédito por aç | ão (R\$) | | | | | 0,55 | 0,65 |

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

NOTA 22 – LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico e Diluído

| | | | 2011 | | | 2010 |
|--|---------------|--------------------|--------------|---------------|--------------------|--------------|
| | Ordinárias | Preferenciais | Total | Ordinárias | Preferenciais | Total |
| _ | (Em milhares, | exceto ações e dad | os por ação) | (Em milhares, | exceto ações e dad | os por ação) |
| Numerador básico e diluído | | | | | | |
| Lucro líquido alocado disponível para acionistas | | | | | | |
| ordinários e preferenciais | 257.520 | 503.002 | 760.522 | 303.288 | 592.396 | 895.684 |
| _ | | | | | | |
| Denominador básico e diluído | | | | | | |
| Média ponderada de ações deduzindo a média das | | | | | | |
| ações em tesouraria. | 137.618.994 | 268.804.344 | | 137.618.994 | 268.804.344 | |
| = | | | | | | |
| Lucro por ação (em R\$) – Básico e diluído | 1,87 | 1,87 | | 2,20 | 2,20 | |
| - | | | | | | |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Cancalidada

NOTA 23 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

| | | Consolidado |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| | 2011 | 2010 |
| Receita bruta de vendas | 39.819.986 | 35.666.379 |
| Impostos incidentes sobre vendas | (3.504.137) | (3.630.036) |
| Descontos | (909.069) | (643.134) |
| Receita líquida de vendas | 35.406.780 | 31.393.209 |

NOTA 24 – PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

I) Metalúrgica Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Metalúrgica Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Sociedade, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". Embora aprovado o plano, não foram, até o momento, efetuadas quaisquer outorgas de opções com base no mesmo.

II) Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência. O Plano de Opções prevê que 50% das opções outorgadas a administradores apenas serão exercíveis se forem atendidas as metas de desempenho estabelecidas para o período pelo Comitê Executivo.

a) Resumo da movimentação do plano de incentivo de longo prazo:

| | | | _ | | | | Qu | antidade de ações |
|-------------------|-----------------------------|-------------------|--|-------------------------------|------------|-----------|-----------|------------------------------|
| Ano da outorga | Preço de exercício - R\$ | Prazo de carência | Preço médio de mercado acumulado ⁽¹⁾ | Saldo incial em 31/12/2010 | Outorgadas | Expiradas | Exercidas | Saldo final em 31/12/2011 |
| 2004 | 6,78 | 5 anos | 16,92 | 988.582 | - | - | (110.218) | 878.364 |
| 2005 | 10,58 | 3 anos | 16,92 | 388.468 | - | - | (13.440) | 375.028 |
| 2005 | 10,58 | 5 anos | 16,92 | 932.681 | - | - | (90.583) | 842.098 |
| 2006 | 12,86 | 5 anos | 16,92 | 1.624.621 | - | - | (103.495) | 1.521.126 |
| 2007 | 17,50 | 5 anos | 16,92 | 1.280.299 | - | (25.028) | (8.142) | 1.247.129 |
| 2008 | 26,19 | 5 anos | 16,92 | 1.083.020 | - | (30.208) | - | 1.052.812 |
| 2009 | 14,91 | 5 anos | 16,92 | 2.169.970 | - | (58.728) | (10.064) | 2.101.178 |
| 2010 | 29,12 | 5 anos | 16,92 | 1.607.567 | - | (32.467) | (2.281) | 1.572.819 |
| 2011 | 22,61 | 5 anos | 16,92 | - | 1.444.131 | (39.984) | (6.737) | 1.397.410 |
| | | | - | 10.075.208 | 1.444.131 | (186.415) | (344.960) | 10.987.964 |

⁽¹⁾ Cotação média acumulada da ação no período

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | | _ | | | | Qı | ıantidade de ações |
|-------------------|-----------------------------|----------------------|--|-------------------------------|------------|-----------|-----------|------------------------------|
| Ano da outorga | Preço de exercício - R\$ | Prazo de carência | Preço médio de mercado acumulado ⁽¹⁾ | Saldo incial em 31/12/2009 | Outorgadas | Expiradas | Exercidas | Saldo final em 31/12/2010 |
| 2004 | 6,78 | 5 anos | 25,02 | 1.106.729 | - | (4.702) | (113.445) | 988.582 |
| 2005 | 10,58 | 3 anos | 25,02 | 426.401 | - | (1.963) | (35.970) | 388.468 |
| 2005 | 10,58 | 5 anos | 25,02 | 1.107.268 | - | (3.926) | (170.661) | 932.681 |
| 2006 | 12,86 | 5 anos | 25,02 | 1.682.616 | - | (25.562) | (32.433) | 1.624.621 |
| 2007 | 17,50 | 5 anos | 25,02 | 1.336.760 | - | (22.836) | (33.625) | 1.280.299 |
| 2008 | 26,19 | 5 anos | 25,02 | 1.128.810 | - | (42.553) | (3.237) | 1.083.020 |
| 2009 | 14,91 | 5 anos | 25,02 | 2.247.050 | - | (46.531) | (30.549) | 2.169.970 |
| 2010 | 29,12 | 5 anos | 25,02 | - | 1.631.157 | (23.590) | - | 1.607.567 |
| | | | | 9.035.634 | 1.631.157 | (171.663) | (419.920) | 10.075.208 |

⁽¹⁾ Cotação média acumulada da ação no período

A Companhia possui, em 31/12/2011, um total de 13.062.834 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria ou morte.

b) Histórico da outorga do plano de incentivos de longo prazo:

| | | | | | | | | Outorga | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | Média |
| Total de opções de compra de ações outorgadas | 1.599.568 | 2.342.448 | 1.979.674 | 1.556.502 | 1.202.974 | 2.286.172 | 1.631.157 | 1.444.131 | |
| Preço de exercício - R\$ | 6,78 | 10,58 | 12,86 | 17,50 | 26,19 | 14,91 | 29,12 | 22,61 | 16,67 |
| Valor justo das opções na data da outorga - R\$ por opção (*) | 5,77 | 5,20 | 8,66 | 15,30 | 21,22 | 6,98 | 13,07 | 11,32 | 10,08 |
| Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos) | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 | |
| (*) Calculado considerando o modelo Black-Scholes. | | | | | | | | | |

O total de opções disponíveis em 31/12/2011 é 3.616.616 (2.309.731 em 31/12/2010).

O percentual de diluição de participação a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 0,7%.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi R\$ 15.318 em 31/12/2011 (R\$ 13.730 em 31/12/2010).

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

| | Outorga 2011 | Outorga 2010 | Outorga 2009 | Outorga 2008 | Outorga 2007 | Outorga 2006 | Outorga 2005 | Outorga 2004 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Dividend yield | 2,06% | 2,08% | 4,13% | 2,81% | 4,32% | 9,99% | 7,90% | 7,03% |
| Volatilidade do preço da ação | 57,15% | 57,95% | 57,81% | 37,77% | 38,72% | 41,51% | 38,72% | 43,31% |
| Taxa de retorno livre de risco | 11,85% | 12,73% | 12,32% | 14,04% | 12,40% | 12,80% | 8,38% | 8,38% |
| Período esperado até o vencimento | 5 anos |

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

III) Gerdau Ameristeel Corporation – ("Gerdau Ameristeel")

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Gerdau Ameristeel aprovou a adoção do Plano "Equity Incentive Plan" (o "EIP"). Os bônus distribuídos pelo EIP podem assumir a forma de opções de ações, SARs, direitos de ações futuras ("DSUs"), unidades de ações restritas ("RSUs"), unidades de performance das ações ("PSUs"), ações restritas e/ou outras bonificações baseadas em ações. Exceto para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as bonificações podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Gerdau Ameristeel determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer bônus que será pago em opções ou SARs, o preço de exercício das opções ou SARs não será inferior ao valor justo de mercado de uma ação ordinária na data da bonificação. O prazo de carência de todos os prêmios

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

(incluindo RSUs, DSUs e PSUs) é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SARs têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 12/03/2010, um bônus de aproximadamente de US\$ 11,8 milhões de dólares (R\$ 20,8 milhões) foi concedido aos participantes do EIP em razão da performance de 2010. A Gerdau Ameristeel emitiu 1.728.689 SAR's, 277.621 RSU's e 396.602 PSUs, que serão provisionados ao longo dos respectivos prazos de carência, que compreendem entre quatro a cinco anos.

Em 16/03/2011, um bônus de aproximadamente de US\$ 11,2 milhões (R\$ 18,2 milhões) de dólares foi concedido aos participantes do EIP em razão da performance de 2011. A Companhia emitiu 1.280.082 SARs, 107.286 RSUs e 214.572 PSUs, que serão provisionados ao longo do prazo de carência de cinco anos.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes e nenhuma outra bonificação será concedida nesses planos. Todas as bonificações pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31 de dezembro de 2011, existiam 2.353.529 SARs, 1.140.032 "stock options" e 198.769 "phantom shares" pendentes nesses planos. Este bônus é provisionado ao longo do período de carência de 4 anos.

Em 30/08/2010, a Gerdau S.A. adquiriu indiretamente a totalidade das ações ordinárias da Gerdau Ameristeel não já detidas, direta ou indiretamente. Em conexão com a aquisição, todas as opções em circulação, SARs, PSUs, RSUs e "phantom shares" foram convertidas em prêmios em relação aos American Depositary Receipt da Gerdau S.A. ("ADRs"), que representa o direito de receber ações preferenciais da Gerdau S.A.. A conversão foi feita com base no valor relativo de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel para um ADR na data do fechamento do acordo, a fim de manter um valor equivalente intrínseco da sentença no momento da troca. Um fator de conversão foi aplicado de 0,7993 (o "fator de conversão"), igual ao preço de fechamento definitivo de uma ação ordinária da Gerdau Ameristeel na New York Stock Exchange ("NYSE"), dividido pelo preço de fechamento de uma ADR na NYSE em 27/08/2010, o último dia de negociação para as ações ordinárias da Gerdau Ameristeel.

Todos os montantes (por exemplo, exercícios, cancelamentos, média ponderada do valor justo, o justo valor, etc.), divulgada nesta nota a respeito do "*Equity Incentive Plan*" com base a informações anteriores a 30/08/2010 (a "data de modificação") estão em uma base de pré-conversão em relação às ações ordinárias da Gerdau Ameristeel. Todas as quantias divulgadas relacionados com ao Plano, após a data de modificação, estão em uma base de pós-conversão em relação às ADRs.

Modificações de prêmios para opções liquidadas em ações são reconhecidas se os efeitos das modificações aumentarem o valor justo total dos mesmos, ou que tenham algum outro benéfico para o empregado. O valor justo incremental concedido é a diferença entre o valor justo do prêmio de ação modificado e aquele do prêmio original, ambos estimados na data da modificação. Se a modificação ocorrer durante o período de aquisição, o valor justo incremental concedido é reconhecido por serviços recebidos durante o período de carência restante, enquanto o valor justo original da data de subvenção do prêmio continua a ser reconhecido em conformidade com o período original de carência. Se a modificação ocorrer após a data de carência, o valor justo incremental concedido é reconhecido imediatamente. O valor justo na data da modificação para todos os prêmios em opções liquidadas em ações da Gerdau Ameristeel foi menor que o valor justo do prêmio original na data da modificação. Como tal, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Gerdau Ameristeel. A modificação não impactou a classificação da Gerdau Ameristeel das outorgas de prêmios em ações e em dinheiro.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os efeitos reconhecidos no resultado referentes aos prêmios em opções liquidadas em ações foram de US\$ 0,8 milhão (R\$ 1,3 milhão) e US\$ 2,7 milhões (R\$ 4,8 milhões), respectivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os efeitos reconhecidos no resultado referentes aos prêmios em opções liquidados em dinheiro foram de US\$ (8,6) milhões (R\$ (14,4) milhões) e US\$ 9,3 milhões (R\$ 16,4 milhões), respectivamente.

Em 31/12/2011 e 31/12/2010, o passivo em aberto para transações de pagamentos baseados em ações incluídas em outras contas a pagar do passivo não circulante nas demonstrações financeiras da Gerdau Ameristeel era de US\$ 7,7 milhões (R\$ 14,4 milhões) e US\$ 19,9 milhões (R\$ 33,2 milhões), respectivamente. Em 31/12/2011 e 31/12/2010, o valor intrínseco total de passivos baseados em ações dos quais os participantes tenham adquirido direito ao exercício era de US\$ 3,1 milhões (R\$ 5,8 milhões) e US\$ 5,1 milhões (R\$ 8,5 milhões), respectivamente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Phantom Shares

Phantom Shares dão ao titular a oportunidade de receber o pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADRs da Companhia. O prazo de carência das Phantom Shares é de 25% por ano em um período de 4 anos, e os titulares recebem pagamento pelas ações vencidas na data de aniversário da outorga. Os titulares das Phantom Shares não possuem direito de voto, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, as quais são reinvestidas como Phantom Shares adicionais. As despesas relacionadas às Phantom Shares são reconhecidas durante o prazo de carência com base no número de ações próximas do período de carência e àquelas que continuam em circulação no final do período de reporte. Na data da outorga, o valor justo de uma Phantom Shares é igual ao valor justo das ações de referência. O valor justo das Phantom Shares é reavaliado a cada emissão das demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as *Phantom Shares* foram convertidas em prêmios em relação a ADRs (com base no valor de conversão). Essa conversão não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Share Appreciation Rights (SARs)

SARs dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADRs ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADRs da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referencia na data da outorga. O prazo de carência das SARs é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga. A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo *Black-Scholes* de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Gerdau Ameristeel pode liquidar as SARs em ações ou em dinheiro. Para as SARs liquidadas em ações a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SARs liquidadas em dinheiro a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

O valor justo na data da concessão das SARs, de possível liquidação em ações, concedidas durante o exercício findo em 31/12/2011 e 31/12/2010 foi de US\$ 7,04 e US\$ 4,56 (R\$ 11,79 e R\$ 7,64), respectivamente, e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

| _ | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Dividend yield | 2,56% | 2,77% |
| Volatilidade do preço da ação | 52,75% | 60,99% |
| Taxa de retorno livre de risco | 11,85% | 12,73% |
| Período esperado até o vencimento | 6,51 anos | 6,51 anos |

O modelo de precificações de ações *Black-Scholes* foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SAR's. O *dividend yield* esperado era baseado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SAR's concedida.

Restricted Share Units (RSUs)

RSUs dão ao detentor o direito a receber um determinado número de ADRs após um determinado prazo de carência. Conforme determinação da Companhia, a carência das RSUs é de um período de cinco anos. Os titulares de RSUs não têm direito a votar, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como RSUs adicionais. A despesa relacionada às RSUs é reconhecida durante o prazo de carência com base no valor justo das RSUs na data da outorga e no número de unidades que se esperam que sejam concedidos. O valor justo de um RSU é igual ao valor justo das ações das ações de referencia, na data da outorga. O valor justo médio ponderado de RSUs outorgadas foi de US\$ 13 e US\$ 7,89 (R\$ 21,78 e R\$ 13,88) concedidos durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010, respectivamente.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todos os RSUs foram convertidos em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão), que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45).

Performance Share Units (PSUs)

PSUs dão ao detentor o direito de receber uma ADRs para cada unidade após o prazo de carência, conforme determinação da Companhia. Os titulares de PSUs acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADRs em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como PSUs adicionais. O percentual de PSUs inicialmente outorgados e que se realizam dependem da performance da Companhia no período em relação a metas de performance pré-estabelecidas. A despesa relacionada a cada PSU foi reconhecida durante o período de execução com base no valor justo das PSUs na data da outorga e no número de unidades previstas para a carência. O valor justo de cada PSU é igual ao valor justo das ações das ações de referencia, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de PSUs outorgadas foi de US\$ 13 e US\$ 7,89 (R\$ 21,78 e R\$ 13,88) concedidos durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 2010, respectivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, todas as PSUs foram convertidas em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão) que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US\$ 9,87 (R\$ 16,45). *Stock Options*

As *stock options* tem um período de carência de quatro anos. O prazo máximo de uma opção é de 10 anos a contar da data da outorga. O preço de exercício das opções é baseado no valor justo das ações de referencia.

Não houve nova outorga de *stock options*, concedidas por esse plano, durante os exercícios findos em 31/12/2011 e 31/12/2010.

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2010, todas as opções de ações da Gerdau Ameristeel foram convertidas em prêmios em relação às ADRs (com base no fator de conversão). A Gerdau Ameristeel reavaliou os prêmios originais na data de modificação e também o valor justo dos novos prêmios na data de modificação. Ambos os valores foram obtidos utilizando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. O valor justo na data de modificação dos prêmios foi menor do que o valor original dos prêmios na data de modificação. Desta maneira, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Gerdau Ameristeel.

A seguir apresentamos um resumo das stock options para o exercício findo em 31/12/2011:

| | | 31/ | 12/2011 | | 31/ | 12/2010 | | | | | |
|---------------------------------|---------------------|----------------|---------|-----------|-------|-----------------------------|--|---------------------|-----------------------------|--|--|
| | Número de opções | Preço médio de | | • | | Preço médio de exercício | | Número de opções | Preço médio de exercício | | |
| | σρζουσ | US\$ | R\$ | орсосо | US\$ | R\$ | | | | | |
| No início do exercício | 1.640.591 | 8,08 | 15,16 | 1.737.318 | 7,86 | 13,10 | | | | | |
| Opções exercidas ^(a) | (191.887) | 3,23 | 6,06 | (96.727) | 4,11 | 6,85 | | | | | |
| No final do exercício | 1.448.704 | 8,72 | 16,36 | 1.640.591 | 8,08 | 13,46 | | | | | |
| Opções Disponíveis | 775.074 | 9,99 | 18,74 | 712.272 | 10,15 | 16,91 | | | | | |

(a) O preço médio ponderado das ações foi computado baseado na data do exercício.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O resumo das *stock options* para o exercício findo em 31/12/2010:

| | | 31/12 | 2/2010 ^(b) |
|---|-----------------|-------|-----------------------|
| | _ | | médio de |
| | Número de ações | e | xercício |
| | | US\$ | R\$ |
| Movimentação prévia à aquisição da Gerdau: | | | |
| Disponíveis no início do período | 2.828.498 | 5,79 | 9,65 |
| Opções exercidas (b) | (299.589) | 3,09 | 5,15 |
| Opções expiradas | (355.193) | 5,11 | 8,51 |
| Opções não exercídas na data de aquisição da | | | |
| Gerdau | 2.173.716 | 10,99 | 18,31 |
| Movimentação a partir da aquisição (data de modificação): | | | |
| Disponíveis na data de aquisição da Gerdau | 2.173.716 | 10,99 | 18,31 |
| Substituídas por opções da Gerdau S.A. | (2.173.716) | 10,99 | 18,31 |
| Opções de substituição (referenciadas à ADRs | | | |
| da Gerdau S.A.) | 1.737.318 | 7,86 | 13,10 |
| Opções não exercidas na data de modificação | 1.737.318 | 7,86 | 13,10 |
| Movimentação subsequente à aquisição: | | | |
| Disponíveis na data de modificação | 1.737.318 | 7,86 | 13,10 |
| Opções exercidas (c) | (96.727) | 4,11 | 6,85 |
| Opções não exercidas no final do período | 1.640.591 | 8,08 | 13,46 |
| Opções exercíveis | 712.272 | 10,15 | 16,91 |

- (b) O número de ações e o preço médio ponderado de exercício antes da substituição de opções que resultou da aquisição da Gerdau, foram referenciados em ações ordinárias da Companhia. Após a substituição de opções, o número de ações e o preço médio ponderado de exercício são referenciados para ADRs da Gerdau S.A.
- (c) O preço médio ponderado das ações foi computado baseado na data de exercício.

A tabela a seguir resume as informações a respeito das opções mantidas em 31/12/2011:

| | | Prazo médio das | Preço m | édio de | Quantidade disponível | | |
|---|------------|-----------------|-----------|---------|-----------------------|--|---------------|
| Preço de exercício | Quantidade | opções | exercício | | exercício | | em 31/12/2011 |
| | | | US\$ | R\$ | | | |
| US\$ 2,25 a US\$ 4,35 (R\$ 4,22 a R\$ 8,16) | 885.316 | 6,6 | 4,19 | 7,86 | 374.264 | | |
| US\$ 11,89 a US\$ 13,64 (R\$ 22,30 a R\$ 25,59) | 338.966 | 4,9 | 13,19 | 24,74 | 267.654 | | |
| US\$ 19,84 (R\$ 37,22) | 224.422 | 6,2 | 19,84 | 37,22 | 133.156 | | |
| | 1.448.704 | | | | 775.074 | | |

IV) Gerdau MacSteel Inc. ("Gerdau MacSteel")

A Gerdau Mactseel Inc. e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atendimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro ou direitos de apreciação de ações (SARs). O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*Phantom Stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

bônus em dinheiro pelo valor de mercado dos ADRs da Gerdau S.A. na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações preferenciais na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e SARs são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. Um prêmio de, aproximadamente, US\$ 0,8 milhão (R\$ 1,5 milhão) foi outorgado para os colaboradores no primeiro semestre de 2011, sendo 41% em SARs, 39% em *Performance Shares* e 20% em *Restrict Shares*. Em 2010, um premio de, aproximadamente US\$ 1,1 milhão (R\$ 1,83 milhão) foi outorgado para os colaboradores e foi emitido 44% em SARs, 37% em *Performance Shares* e 19% em *Restrict Shares*.

A subsidiária Gerdau MacSteel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo dos direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

Performance shares:

| | Outorga 2011 | Outorga 2010 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Dividend Yield | 2,56% | 2,77% |
| Volatilidade do preço da ação | 52,75% | 60,99% |
| Taxa de retorno livre de risco | 11,85% | 12,73% |
| Periodo esperado ate o vencimento | 4,26 anos | 3,25 anos |

SARS, Restrict Shares e Phantom Shares:

| | Outorga 2011 | Outorga 2010 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Dividend Yield | 2,56% | 2,77% |
| Volatilidade do preço da ação | 52,75% | 60,99% |
| Taxa de retorno livre de risco | 11,85% | 12,73% |
| Periodo esperado ate o vencimento | 5,76 anos | 4,76 anos |

Em 31/12/2011, o custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência, era de, aproximadamente, US\$ 1,3 milhão (R\$ 2,4 milhões) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 4,5 anos.

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações do Brasil, com exceção de Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais (MacSteel), Operação América Latina (inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e na Índia).

Informações por segmentos de negócio:

| | | Operação Brasil | Operação Ar | nérica do Norte | Operação A | mérica Latina | Operação | Aços Especiais | Elimi | nações e ajustes | | Consolidado |
|---|--------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------|---------------|-------------|----------------|-----------|------------------|--------------|--------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receita líquida de vendas | 13.532.053 | 13.013.351 | 10.810.777 | 8.835.777 | 4.382.887 | 3.487.531 | 7.516.521 | 6.610.887 | (835.458) | (554.337) | 35.406.780 | 31.393.209 |
| Custo das vendas | (11.274.551) | (10.179.791) | (9.682.223) | (7.997.509) | (3.820.975) | (3.021.612) | (6.370.592) | (5.312.148) | 850.110 | 637.584 | (30.298.231) | (25.873.476) |
| Lucro bruto | 2.257.502 | 2.833.560 | 1.128.554 | 838.268 | 561.912 | 465.919 | 1.145.929 | 1.298.739 | 14.652 | 83.247 | 5.108.549 | 5.519.733 |
| Despesas com vendas | (329.371) | (288.448) | (95.521) | (83.971) | (90.950) | (76.270) | (87.857) | (102.839) | (48) | (19) | (603.747) | (551.547) |
| Despesas gerais e administrativas | (959.499) | (855.921) | (357.555) | (435.400) | (177.414) | (161.599) | (245.984) | (250.046) | (78.744) | (130.965) | (1.819.196) | (1.833.931) |
| Reversão de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos | - | - | - | - | - | - | - | 336.346 | - | - | - | 336.346 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 54.934 | (3.083) | 1.550 | 1.880 | 10.705 | 38.639 | 7.770 | (22.003) | 45.244 | 79.637 | 120.203 | 95.070 |
| Resultado da equivalência patrimonial | | | 76.008 | 31.450 | 357 | 15.624 | (35.141) | (20.368) | 21.438 | 12.748 | 62.662 | 39.454 |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos | 1.023.566 | 1.686.108 | 753.036 | 352.227 | 304.610 | 282.313 | 784.717 | 1.239.829 | 2.542 | 44.648 | 2.868.471 | 3.605.125 |
| Receitas financeiras | 251.739 | 168.903 | 27.360 | (3.970) | 23.559 | 36.172 | 138.753 | 229.348 | 15.631 | (132.174) | 457.042 | 298.279 |
| Despesas financeiras | (322.921) | (382.927) | (139.746) | (256.627) | (99.703) | (70.538) | (225.785) | (226.223) | (343.601) | (316.921) | (1.131.756) | (1.253.236) |
| Variação cambial, líquida | (18.645) | 130.959 | (15.872) | 29.669 | 17.693 | 20.565 | 10.263 | (7.979) | 58.315 | (68.850) | 51.754 | 104.364 |
| Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido | (1.339) | | (68.696) | | 877 | (2.152) | | 10.253 | 3.720 | 4.291 | (65.438) | 12.392 |
| Lucro (Prejuízo) antes dos impostos | 932.400 | 1.603.043 | 556.082 | 121.299 | 247.036 | 266.360 | 707.948 | 1.245.228 | (263.393) | (469.006) | 2.180.073 | 2.766.924 |
| Imposto de renda e contribuição social | 56.989 | (418.482) | (85.604) | 26.288 | (86.087) | (40.722) | (211.681) | (359.086) | 125.959 | 314.246 | (200.424) | (477.756) |
| Lucro (Prejuízo) líquido do período | 989.389 | 1.184.561 | 470.478 | 147.587 | 160.949 | 225.638 | 496.267 | 886.142 | (137.434) | (154.760) | 1.979.649 | 2.289.168 |
| Informações suplementares: | | | | | | | | | | | | |
| Receita líquida de vendas entre segmentos | 842.261 | 1.882.903 | 129.305 | 135.791 | 135.894 | - | 202.619 | 242.683 | 5.390 | 385.897 | 1.315.469 | 2.647.274 |
| Depreciação/amortização | 841.257 | 946.413 | 423.500 | 436.488 | 132.787 | 136.433 | 367.924 | 381.289 | 6.496 | (7.464) | 1.771.964 | 1.893.159 |
| Investimentos avaliados por equivalência patrimonial | - | - | 266.519 | 217.641 | 837.897 | 804.832 | 23.032 | 26.993 | 227.843 | 215.054 | 1.355.291 | 1.264.520 |
| Ativos totais | 15.216.676 | 13.830.985 | 14.438.588 | 12.718.294 | 6.882.443 | 5.931.001 | 10.661.967 | 9.964.761 | 2.972.537 | 671.664 | 50.172.211 | 43.116.705 |
| Passivos totais | 6.392.614 | 5.157.551 | 4.566.438 | 6.346.213 | 3.409.517 | 2.882.484 | 5.369.311 | 5.380.224 | 5.883.343 | 5.060.304 | 25.621.223 | 24.826.776 |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

| | | | | | | | | | | Area geográfica |
|---------------------------|------------|------------|-----------|--------------------|------------|-------------------|-----------|-------------|------------|-----------------|
| | | Brasil | | América Latina (1) | Amé | rica do Norte (2) | | Europa/Ásia | | Consolidado |
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| Receita líquida de vendas | 15.420.736 | 15.039.852 | 4.382.887 | 3.487.531 | 13.359.007 | 11.126.942 | 2.244.150 | 1.738.884 | 35.406.780 | 31.393.209 |
| Ativos totais | 21.518.538 | 18.224.970 | 6.882.443 | 5.931.001 | 19.700.246 | 16.754.876 | 2.070.984 | 2.205.858 | 50.172.211 | 43.116.705 |

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 26 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

| Modalidade | Abrangência | 2011 | 2010 |
|------------------------|--|------------|------------|
| Patrimônio | Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, | | _ |
| | danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento | | |
| | (derrame de material em estado de fusão). | 30.682.963 | 24.170.655 |
| Lucro Cessante | Lucro líquido somado às despesas fixas | 7.706.275 | 5.370.143 |
| Responsabilidade Civil | Operações industriais | 231.922 | 206.672 |

NOTA 27 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperação de ágio e outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções foram atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

27.1 Teste de recuperabilidade do ágio

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade.

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A alocação dos ágios por segmento é apresentada na nota 11.

Em dezembro de 2011, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e os testes efetuados não identificaram perdas pela não recuperabilidade do ágio no exercício.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2011 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a para os segmentos Brasil, América Latina, Aços Especiais e América do Norte.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas foram 9,0% a.a para o segmento América do Norte (11,25% em dezembro de 2010), 10,5% a.a para o segmento Aços Especiais (12,5% em dezembro de 2010), 10,75% a.a para o segmento América Latina (12,75% em dezembro de 2010) e 11,0% a.a para o segmento Brasil (13,00% em dezembro de 2010).

Considerando o valor recuperável verificado através dos fluxos de caixa descontados, o mesmo excedeu o valor contábil em R\$ 9.849,8 milhões para o segmento de negócio América do Norte (R\$ 2.126,7 milhões em dezembro de 2010), R\$ 4.295,6 milhões para o segmento de negócio Aços Especiais (R\$ 2.738,7 milhões em dezembro de 2010), R\$ 1.977,1 milhões para o segmento de negócio América Latina (R\$ 113,3 milhões em dezembro de 2010) e R\$ 7.430,0 milhões para o segmento de negócio Brasil (R\$ 4.877,7 milhões em dezembro de 2010).

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixas das variáveis de taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade a mudanças nessas variáveis. Um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 8.227,3 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 1.378,5 milhões em dezembro de 2010), R\$ 3.672,8 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 2.293,2 milhões em dezembro de 2010), R\$ 6.032,6 milhões para o segmento Brasil (R\$ 3.659,1 milhões em dezembro de 2010) e um valor recuperável superior ao valor contábil para o segmento América Latina em R\$ 1.502,5 milhões (valor recuperável inferior ao valor contábil em R\$ 182,8 milhões em dezembro de 2010). Por sua vez, um decréscimo de 0,5% da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R\$ 8.636,2 milhões para o segmento América do Norte (R\$ 1.646,3 milhões em dezembro de 2010), R\$ 3.866,0 milhões para o segmento Aços Especiais (R\$ 2.444,2 milhões em dezembro de 2010) e R\$ 6.467,8 milhões para o segmento Brasil (R\$ 4.072,9 milhões em dezembro de 2010) e um valor recuperável superior para o segmento América Latina em R\$ 1.645,1 milhões (valor recuperável inferior ao valor contábil em R\$ 74,9 milhões em dezembro de 2010).

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principal risco pode destacar uma eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e de construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

27.2 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No quarto trimestre de 2010, em virtude da paralisação das atividades em uma de suas plantas e principalmente pela falta de expectativa de retomada de suas operações nesta unidade, os testes realizados identificaram perda pela não recuperabilidade para os ativos de imobilizado de uma unidade do segmento de Aços Especiais no montante de R\$ 68.008.

Também no segmento de Aços Especiais no quarto trimestre de 2010, a Companhia reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativo imobilizado, em virtude da retomada de processo produtivo em uma unidade, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ 218.391. O valor recuperável do ativo imobilizado foi estabelecido com base no valor em uso, a uma taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade de 12,50% (13,3% em dezembro de 2009), resultando no montante de R\$ 188.163. A contrapartida das perdas e reversão de perdas reconhecidas no imobilizado afetaram a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

No quarto trimestre de 2010, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis, em virtude do reestabelecimento do valor de relacionamento com clientes devido a retomada da demanda oriunda da indústria automotiva, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R\$ 304.425. Os testes de recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis identificaram a necessidade de reversão deste *impairment* no montante de R\$ 216.191, a qual está embasada na recuperação da sua carteira de clientes relacionados à indústria automotiva. O valor recuperável de outros ativos intangíveis é o seu valor em uso e a taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade de 2010 foi 12,5% (13,3% em dezembro de 2009). A contrapartida da reversão de perdas reconhecidas em outros ativos intangíveis afetou a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

Em dezembro de 2011, a Companhia não identificou perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2012, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

NOTA 28 – DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

| | | Controladora |
|---|--|---|
| | 2011 | 2010 |
| Depreciação e amortização | (82) | (85) |
| Outras despesas/receitas | (18.602) | (26.889) |
| | (18.684) | (26.974) |
| Classificados como: Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais Outras despesas operacionais | (15.884) 867 (3.667) (18.684) | (19.974) 4.839 (11.839) (26.974) |

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

| | | Consolidado |
|---|--------------|--------------|
| | 2011 | 2010 |
| Depreciação e amortização | (1.771.964) | (1.893.159) |
| Despesas compessoal | (4.740.311) | (4.226.018) |
| Matéria-prima e materiais de uso e consumo | (21.942.012) | (18.241.840) |
| Fretes | (1.843.952) | (1.560.455) |
| Reversão de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos | - | 336.346 |
| Outras despesas/receitas | (2.302.732) | (2.242.412) |
| | (32.600.971) | (27.827.538) |
| Classificados como: | | |
| Custo dos produtos vendidos | (30.298.231) | (25.873.476) |
| Despesas com vendas | (603.747) | (551.547) |
| Despesas gerais e administrativas | (1.819.196) | (1.833.931) |
| Reversão de provisão para perda pela não recuperabilidade de ativos | - | 336.346 |
| Outras receitas operacionais | 209.487 | 196.370 |
| Outras despesas operacionais | (89.284) | (101.300) |
| | (32.600.971) | (27.827.538) |

NOTA 29 – RESULTADO FINANCEIRO

| | Controladora | | |
|--|--------------|-------------|--|
| | 2011 | 2010 | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 2.333 | 4.420 | |
| Juros recebidos e outras receitas financeiras | 929 | 359 | |
| Total Receitas financeiras | 3.262 | 4.779 | |
| Juros sobre a dívida | (163.141) | (155.935) | |
| Variações monetárias e outras despesas financeiras | (68.894) | (1.336) | |
| Total Despesas financeiras | (232.035) | (157.271) | |
| Variação cambial, líquida | (3) | - | |
| Resultado Financeiro, líquido | (228.776) | (152.492) | |
| | | Consolidado | |
| | 2011 | 2010 | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 266.275 | 175.154 | |
| Juros recebidos e outras receitas financeiras | 190.767 | 123.125 | |
| Total Receitas financeiras | 457.042 | 298.279 | |
| Juros sobre a dívida | (989.482) | (1.073.137) | |
| Variações monetárias e outras despesas financeiras | (142.274) | (180.099) | |
| Total Despesas financeiras | (1.131.756) | (1.253.236) | |
| Variação cambial, líquida | 51.754 | 104.364 | |
| Ganhos e perdas com instrumentos financeiros, líquidos | (65.438) | 12.392 | |
| Resultado Financeiro, líquido | (688.398) | (838.201) | |
